



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rafaela Maria Nascimento Ranauro | 1920553

Professor Orientador: Paula Drumond

Rio de Janeiro

2023.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rafaela Maria Nascimento Ranauro

Entre promessas de paz e lições não aprendidas:

**Uma análise dos efeitos da intervenção da Missão de Apoio das Nações Unidas
na Líbia e o fracasso do projeto de estabilidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Paula Drumond

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2023

Agradecimentos

Dizer adeus nunca é fácil. A transformação da pessoa que eu fui ontem para quem eu vou me tornar no futuro revela um caminho de surpresas e de novas descobertas. Mas as Relações Internacionais sempre irão comigo. Durante anos, o curso de Relações Internacionais não estava nos meus planos. Por muito tempo, a insegurança permeou os meus passos. Eu tinha profundas dúvidas sobre mim mesma. Quem eu sou, quem eu era, quem eu quero ser. Confesso que até hoje eu não sei. Mas, chegar ao final dessa jornada de quatro anos, me faz refletir sobre uma trajetória de autodescoberta. Relações Internacionais, para mim, não foi apenas uma experiência acadêmica, mas sim uma oportunidade. O curso transformou a minha compreensão de mundo e a forma em que eu me enxergo dentro dele. Gradualmente, desenvolvi uma maior confiança em mim mesma e nas minhas convicções, paixões e interesses. Hoje, posso não saber quem eu quero ser, mas sei por qual mundo quero lutar. E por isso, preciso agradecer a todos que fizeram parte dessa caminhada.

Mãe, obrigada pelo apoio incondicional ao longo da minha jornada e, principalmente, pela dedicação para me colocar no caminho certo. Sem você eu não estaria aqui. Pai, obrigada por todo o sacrifício ao longo desses anos que, mesmo nos momentos mais difíceis, abriu as portas para o meu crescimento. Aos meus avós e à tia Sylvia, obrigada por terem investido em mim e por seguirem apoiando as minhas escolhas. À minha irmã Rayssa, obrigada por sempre ter estado presente, por apoiar a minha determinação mesmo que de longe e por seguir sendo a minha melhor amiga. Aos meus tios e primas, agradeço por todos os encontros, e pelo apoio, que transformaram os vários dias desses quatro anos em uma jornada mais leve. À tia Lígia, obrigada por incentivar os meus sonhos e por sempre ter fé em mim.

A todos os meus amigos – os que fiz durante a creche, durante o colégio e durante a minha vida –, quero agradecer pela companhia, pelo suporte e por todo o amor. Ao meu melhor amigo, Marco, agradeço por nunca ter ido embora e por estar comigo nos mais diversos momentos ao longo de uma vida inteira. À Juliana e à Sofia, minhas melhores amigas, agradeço pelos sacodes, pelas risadas, pela companhia e por todo o apoio emocional durante a minha vida. Ao meu namorado Pedro, agradeço por confiar em mim e por me apoiar com paciência e carinho, me encorajando, todos os dias, a superar os meus próprios limites. Aos amigos que fiz no curso, quero agradecer por toda a troca e por me deixarem aprender um pouco mais de cada coisa com vocês – em especial ao Bernardo, Daniel, Pedro e Rubens, que me acompanham desde o primeiro dia, que sempre vibram as minhas conquistas e que vou levar para sempre comigo. Ao Igor Carvalho,

agradeço o acolhimento e por ter feito todo o processo mais fácil, me permitindo compartilhar minhas conquistas e dores com um verdadeiro amigo.

Por fim, quero agradecer ao Instituto de Relações Internacionais por tornarem a minha jornada mais significativa. A todos os professores, cada um ao seu modo, pela presença, pelo comprometimento e por terem inspirado, em todos os períodos, o meu crescimento acadêmico e pessoal. Em especial, deixo um agradecimento ao Fernando Maia, que mais do que um professor, foi um amigo e um grande incentivador.

As Relações Internacionais mudaram a minha vida e me desafiaram a pensar de modo mais crítico. Levo comigo não apenas um diploma, mas um fragmento de quem me tornei durante esses anos de faculdade. E essa pessoa vai me acompanhar para sempre. Hoje em dia, me sinto mais preparada para enfrentar os desafios do mundo, e mais consciente, munida de uma bagagem intelectual e emocional, que me permitem abraçar a esperança de um mundo mais justo e solidário.

É o começo de uma nova etapa. Mal posso esperar para conhecer a pessoa que vou ser.

Resumo

A Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) foi uma Missão política estabelecida em 2011 com um mandato inicialmente de três meses, mas que dura até hoje. A permanência da Missão no país por tanto tempo reflete a vulnerabilidade das questões internas da Líbia e a dificuldade em se construir a paz em contextos pós-conflito. Este Policy Paper analisa os efeitos da intervenção da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) e o consequente fracasso do projeto de estabilidade delineado pela ONU para a Líbia. A análise se concentra não apenas nas ações ineficazes da UNSMIL, mas também em como a ONU compreendeu a crise no país – especialmente focando na democracia como a única solução para a paz – e as circunstâncias desafiadoras em que a Missão operou. O paper conclui que a atual compreensão da ONU acerca da crise é limitada e prejudicou novas abordagens para a solução da crise na Líbia. O trabalho oferece opiniões e recomendações para orientar uma mudança na condução da atuação da Nações Unidas no país, propondo uma revisão estratégica, um maior envolvimento dos atores regionais e internacionais, o apoio à sociedade civil e um forte foco no fortalecimento das instituições do Estado. O objetivo final é orientar para que se evite erros passados e trabalhar em direção a uma solução mais eficaz e sustentável para contornar a crise na Líbia.

Palavras-chave:

Líbia; UNSMIL; ONU; crise; ações ineficazes; democracia; paz; efeitos; novas abordagens.

Abstract

The United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL) was a political Mission established in 2011 with an initial mandate of three months, but currently lasting. The durability of the Mission reflects the vulnerability of Libya's internal issues and the difficulty in building peace in post-conflict contexts. This Policy Paper analyzes the effects of the intervention of UNSMIL, and the consequent failure of the stability project outlined by the UN for Libya. The analysis focuses not only on UNSMIL's ineffective actions, but also on how the UN understood the crisis in the country – especially focusing on democracy as the only solution to peace –, along with the challenging circumstances in which the Mission operate. The Policy Paper concludes that the UN's current understanding of the crisis is limited and has hampered new approaches to resolving the Libyan crisis. The paper offers opinions and recommendations to guide a change in the way the United Nations operates in the country, proposing a strategic review, greater involvement of regional and international actors, support for civil society and a strong focus on strengthening State institutions. The goal is to provide guidance to avoid past mistakes and work towards a more effective and sustainable solution to overcome the crisis in Libya.

Keywords:

Lybia; UNSMIL; UN; crisis; ineffective actions; democracy; peace; effects; new approaches.

Sumário

1. Introdução	8
2. Contexto	10
3. A Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia	18
4. Análise da atuação das Nações Unidas na Líbia e as consequências para o país	28
5. Conclusão	37
6. Recomendações	39
7. Referências Bibliográficas	43

1. Introdução

Entende-se que promover a solução dos problemas humanitários em comunidades políticas que emergem de instabilidade e guerras civis é um dos propósitos da ONU em suas missões de paz (NAÇÕES UNIDAS, s.d., online). Contudo, desde o fim da Guerra Fria, se difundiu a ideia de que empregar a força para impedir a continuidade de confrontos não era sólido para construir condições de paz sustentável em contextos pós-conflito. Nesse sentido, como descrito na Assembleia Geral da ONU de 20 de novembro de 2005, Resolução A/RES/60/180, e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, Resolução S/RES/1645, as Nações Unidas a partir de 2005 abandonaram a ideia de que o uso da força seria eficaz para precaver novos conflitos, e apostaram em uma nova abordagem em suas operações, reconhecendo a necessidade de um mecanismo institucional para atender às necessidades dos países emergentes de conflitos rumo à recuperação e reconstrução, a fim de ajudá-los a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Entretanto, apesar da boa vontade das Nações Unidas em construir a paz, é necessário estar atento para a forma com que essas missões lidam com a diversidade de modelos de comunidade política vigentes em cada país. Isso porque, as ideias de democracia e liberdade são amplamente difundidas por essa entidade (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945) e, por outro lado, muitos dos lugares os quais a ONU possui atuação são comunidades que possuem sua organização política mais rígida e arcaica. É o caso da Líbia.

Durante quatro décadas tendo sido governada sob uma ditadura, a Líbia encontrou na Primavera Árabe o desafio para a repressão e as violações de Muammar al-Gaddafi, o Chefe de Estado do país na época. Por ser uma sociedade marcada pela diversidade étnica, os rebeldes de oposição ao governo eram compostos por grupos tribais, milícias islâmicas e facções separatistas. O confronto resultou em uma crise humanitária aos olhos da comunidade internacional. Após a intervenção da OTAN e a morte de Gaddafi, a Organização das Nações Unidas interveio com a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) com o objetivo declarado de mediar a crise e promover uma solução política para o conflito, apoiando o povo líbio na transição para um governo democrático e estável.

O desafio das Nações Unidas na Líbia a partir de 2011 teria sido, portanto, mais do que promover a estabilidade em um local que foi assolado pelo conflito, realizar a transição para a paz de forma eficaz e sensível à diversidade política e cultural local, de forma em que a paz construída

nessa comunidade fosse duradoura. O que 12 anos depois ainda não ocorreu. E por isso essa questão é urgente.

Aqui reside o cerne do problema abordado: a ONU, através da UNSMIL, conseguiu lidar com a complexa tarefa de promover a transição política em um país que por décadas foi dominado por um modelo político altamente centralizado?

O objetivo principal deste Policy Paper é avaliar a condução das Nações Unidas na Líbia após a guerra civil de 2011, uma vez que essas estratégias de implementação da paz necessitam de uma abordagem mais específica e que englobe as particularidades e os desafios locais desse ambiente complexo. Serão analisados os efeitos da intervenção no país, avaliando os progressos alcançados e os desafios enfrentados no processo de transição política. Ao final do trabalho, uma série de recomendações serão propostas à UNSMIL para que se quebre as barreiras da atuação arraigada da ONU e as fórmulas políticas pré-fabricadas em suas operações. Argumenta-se, assim, a favor de um novo curso de ação para a consolidação de uma paz duradoura.

Para tal, este Policy Paper irá se estruturar em quatro seções distintas. Na primeira seção será apresentado o contexto no qual a Líbia estava inserida – será abordado a fragilidade econômica do país junto ao início da Primavera Árabe – e as circunstâncias que levaram à uma intervenção das Nações Unidas no país. Sendo assim, será analisada qual foi a necessidade imperativa dessa ação, destacando os desafios enfrentados pela população na época, bem como as razões que motivaram uma intervenção internacional. A segunda seção se concentrará na análise detalhada da intervenção política da ONU na Líbia, posterior à intervenção militar da OTAN, examinando as estratégias adotadas pela Organização para desenvolver uma transição democrática no país, e quais foram os resultados obtidos nos campos político e social. Desse modo, a segunda seção explorará os relatórios divulgados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas ao longo dos anos de atuação da UNSMIL e quais foram as medidas implementadas para a estabilização, a aceitação de um novo governo na Líbia e os esforços para construir a paz. Na terceira seção serão abordados os efeitos continuados da Missão de Apoio das Nações Unidas até os dias atuais (2023) na Líbia, examinando os impactos de longo prazo na preservação das instituições e na estabilidade e segurança do país, proporcionando uma profunda compreensão sobre as consequências duradouras dessa intervenção. Finalmente, a quarta seção apresentará recomendações às Nações Unidas a fim de identificar e avaliar eventuais erros cometidos durante a missão, já que, atualmente, a Líbia é considerada um Estado falido. As estratégias serão apresentadas com o objetivo de aprimorar a eficácia da

organização em suas futuras atuações no país, visando contribuir para a construção de um ambiente mais estável e próspero não só na Líbia, como em qualquer outro país que venha sofrer a necessidade de uma reestruturação política sob comando das Nações Unidas.

2. Contexto

A Líbia é uma nação que durante anos foi marcada por sua complexa dinâmica identitária, com múltiplos grupos étnicos e um país sem fortes instituições políticas que foi palco de turbulências e divergências políticas e sociais ao longo dessas últimas décadas. Após a Guerra Civil de 2011, a Líbia recebeu apoio da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) autorizada pela Resolução 2009 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2011, com o objetivo de auxiliar na transição do pós-guerra civil e reconstruir a paz e a segurança no país, fazendo prevalecer o Estado de direito. Entretanto, mesmo após a intervenção, a Líbia ainda chama atenção internacionalmente pela permanência de sua instabilidade política. Nesse sentido, para examinar a forma com que a ONU lidou com a transição política na Líbia e apontar de que modo essa missão encarou os desafios das divergências étnicas, é imperativo examinar o modelo político que fora vigente no país durante décadas, e a posterior guerra civil.

Através de um golpe de Estado conduzido pelas massas populares no ano de 1969, o coronel Muammar al-Gaddafi chegou ao poder na Líbia, pondo fim à monarquia Senussi que fora vigente por 18 anos no país (PANTANO e BOZZO, 2020, p.2). Sob o seu comando, a Líbia enfrentou profundas mudanças. Na política, Gaddafi chamou atenção pela estrutura altamente centralizada e autocrática, junto com forte repressão à oposição. Na economia, o revolucionário apostou na nacionalização das empresas de petróleo, desafiando o domínio das potências ocidentais sobre os recursos líbios. À nível nacional, Gaddafi foi bem-sucedido ao manter a coesão do território que era composto por grupos tribais e étnicos díspares espalhados pelo país. No cenário internacional, a adesão ao Pan-arabismo foi uma característica definidora da sua política externa. Se opondo abertamente à influência estrangeira na Líbia, principalmente a dos Estados Unidos, Gaddafi se aproximou e trabalhou para fortalecer os seus laços diplomáticos com outras nações árabes (teleSUR, 2020, online).

Inspirado pelo socialismo islâmico e pelo nacionalismo árabe, o Chefe de Estado defendeu a Terceira Teoria Universal, que seria uma terceira via oposta ao capitalismo ocidental e ao socialismo totalitário (GADDAFI, 2005). Essa ideologia utilizada por Muammar al-Gaddafi para

conduzir a política da Líbia assemelha-se à democracia direta, aquela em que os cidadãos não dependem da eleição de um representante sob o controle do poder político. Isso porque, de acordo com o revolucionário, o sistema de eleições livres seria uma ditadura sob disfarce de democracia (GADDAFI, 2005, p.10) já que sempre uma parte da população estaria insatisfeita com um governo que não elegeu e sim os foi imposto por vontade da maioria. A democracia defendida por Gaddafi dá direito aos cidadãos intervirem e decidirem diretamente sobre os assuntos do país.

Com base nessa doutrina, o Chefe de Estado proclamou a Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, nome pelo qual a Líbia passou a ser chamada entre os anos de 1977 e 2011 (BBC NEWS, 2011). Na filosofia política de Estado de Gaddafi, “*Jamahiriya*” era o único sistema para o país. O termo em árabe quer dizer Estado das massas. Essa ideologia, apesar de controversa com o governo do próprio líder, impactou a imagem política da Líbia para o mundo – que se tornou altamente centralizada em torno da figura de Gaddafi. Essa controvérsia foi uma das causas do descontentamento da população e a posterior guerra civil contra o Chefe de Estado, já que a forma como ele próprio ascendeu e concentrava o poder em suas mãos era questionada por seus opositores – mas isso será abordado mais para frente.

Por governar de forma ilimitada, Gaddafi adotou uma abordagem violenta em relação à oposição política e à dissidência. Gaddafi aboliu as eleições e rejeitou a formação de quaisquer partidos políticos independentes e tradicionais. Além disso, durante o seu governo, muitos opositores políticos foram perseguidos, presos e até mesmo executados sob acusações de tentativas de golpe (PANTANO e BOZZO, 2020, p.2). Por ser altamente repressivo e dispensar oposição, o líder revolucionário atingiu um culto em torno de sua personalidade em todo o país.

Na economia, Muammar al-Gaddafi adotou uma postura de soberania buscando manter autonomia sobre a produção nacional do petróleo, e priorizando que as decisões relacionadas à economia fossem tomadas sem interferência externa e de acordo com os interesses do próprio país. Seguindo um dos seus princípios, “[...] a terra não é propriedade privada de ninguém. Pelo contrário, todos têm o direito de utilizar de forma benéfica” (GADDAFI, 2005, p.60), o Chefe de Estado usou as reservas de petróleo a favor do crescimento da Líbia e estatizou as companhias petrolíferas ocidentais, como a British Petroleum (BP), além de criar a National Oil Corporation (NOC) (G1, 2011). Conforme descrito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2007), “[...] a Líbia conseguiu utilizar a sua receita petrolífera consideráveis para acelerar o crescimento económico, incluindo nos sectores não petrolíferos, e aumentar a renda per capita PIB” (FMI,

2007). O Relatório No. 06/137 do FMI destaca a importância do setor petrolífero na economia da Líbia, que contribuiu para 56% do crescimento do PIB entre 2000-2005 (FMI, 2006).

Além disso, em meio a um país com uma população em sua maioria analfabeta e pobre, Gaddafi investiu em programas sociais na área de saúde, saneamento e transporte que, de acordo com o Relatório No. 30295-LY emitido pelo Banco Mundial em 2006, levaram à um aumento da expectativa de vida da população para os 72 anos em 2002, além de seus investimentos em educação, os quais levaram ao aumento da taxa de alfabetização no país para 86,1% em 2004, de acordo com a UNESCO (THE GLOBAL ECONOMY, online). A combinação desses fatores fez com que a Líbia atingisse a 55ª posição de Índice de Desenvolvimento Humano no mundo, e a 1ª da África até 2007 (UNDP, 2009).¹

Em nível nacional, apesar da falta de mecanismos democráticos para resolver as divergências contra os grupos opositores, Gaddafi conseguiu consolidar e centralizar o controle do país por 41 anos, evitando com que os grupos étnicos e tribais distintos se voltassem contra o seu governo (teleSUR, 2020, online). Por outro lado, na política externa, com as suas ideologias do Pan-arabismo e Pan-africanismo, o líder travou uma rixa com os Estados Unidos ao realizar papel ativo na política africana contra as políticas de Washington na África e no Oriente Médio. Isso fez com que Muammar al-Gaddafi, no início de seu governo, conquistasse seguidores ao redor da África e aprimorasse os laços com países vizinhos, influenciando a política de outras nações africanas e árabes e apoiando movimentos revolucionários em todo o continente (teleSUR, 2020, online).

Mesmo assim, o crescimento do país não impediu que a Líbia enfrentasse momentos de instabilidade. Isso porque, apesar da popularidade de Gaddafi, a Líbia sofria com a desigualdade econômica. Após a descoberta do petróleo em 1957, a Líbia se tornou um membro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), aumentando muito a sua produção de petróleo sob o comando de Muammar al-Gaddafi, chegando a atingir o posto de quarto maior produtor da África (G1, 2011), com cerca de 1,8 milhão de barris diários e reservas avaliadas em 42 bilhões de barris.

¹ Checar Figura 1.

Figura 1 – O Relatório de Desenvolvimento Humano (2009) publicado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas mostra o ranking do IDH dos países até 2007.

G

											Average annual growth rates (%)				
HDI rank											Rank	Change in rank	Long term	Medium term	Short term
	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2006	2006-2007					
VERY HIGH HUMAN DEVELOPMENT															
1 Norway	0.900	0.912	0.924	0.948	0.961	0.968	0.970	0.971	1	0	0.28	0.29	0.16		
2 Australia	0.871	0.883	0.902	0.938	0.954	0.967	0.968	0.970	2	0	0.40	0.43	0.24		
3 Iceland	0.886	0.894	0.913	0.918	0.943	0.965	0.967	0.969	3	0	0.33	0.35	0.39		
4 Canada	0.890	0.913	0.933	0.938	0.948	0.963	0.965	0.966	4	0	0.31	0.21	0.27		
5 Ireland	0.840	0.855	0.879	0.903	0.936	0.961	0.964	0.965	5	0	0.52	0.55	0.44		
6 Netherlands	0.889	0.903	0.917	0.938	0.950	0.958	0.961	0.964	7	1	0.30	0.30	0.21		
7 Sweden	0.885	0.895	0.906	0.937	0.954	0.960	0.961	0.963	6	-1	0.32	0.36	0.14		
8 France	0.876	0.888	0.909	0.927	0.941	0.956	0.958	0.961	11	3	0.34	0.32	0.30		
9 Switzerland	0.899	0.906	0.920	0.931	0.948	0.957	0.959	0.960	9	0	0.25	0.25	0.19		
10 Japan	0.887	0.902	0.918	0.931	0.943	0.956	0.958	0.960	10	0	0.29	0.26	0.25		
11 Luxembourg	0.956	0.959	0.960	8	-3		
12 Finland	0.865	0.882	0.904	0.916	0.938	0.952	0.955	0.959	13	1	0.38	0.35	0.32		
13 United States	0.894	0.909	0.923	0.939	0.949	0.955	0.955	0.956	12	-1	0.25	0.21	0.11		
14 Austria	0.865	0.878	0.899	0.920	0.940	0.949	0.952	0.955	16	2	0.37	0.35	0.23		
15 Spain	0.855	0.869	0.896	0.914	0.931	0.949	0.952	0.955	15	0	0.41	0.37	0.36		
16 Denmark	0.882	0.891	0.899	0.917	0.936	0.950	0.953	0.955	14	-2	0.29	0.36	0.28		
17 Belgium	0.871	0.885	0.904	0.933	0.945	0.947	0.951	0.953	17	0	0.34	0.31	0.13		
18 Italy	0.857	0.866	0.889	0.906	0.927	0.947	0.950	0.951	19	1	0.39	0.40	0.36		
19 Liechtenstein	0.950	0.951	18	-1		
20 New Zealand	0.863	0.874	0.884	0.911	0.930	0.946	0.948	0.950	20	0	0.36	0.42	0.30		
21 United Kingdom	0.861	0.870	0.891	0.929	0.932	0.947	0.945	0.947	21	0	0.35	0.36	0.24		
22 Germany	0.869	0.877	0.896	0.919	..	0.942	0.945	0.947	22	0	0.32	0.33	..		
23 Singapore	0.785	0.805	0.851	0.884	0.942	0.944	24	1	0.68	0.61	..		
24 Hong Kong, China (SAR)	0.939	0.943	0.944	23	-1		
25 Greece	0.844	0.857	0.872	0.874	0.895	0.935	0.938	0.942	25	0	0.41	0.45	0.73		
26 Korea (Republic of)	0.722	0.760	0.802	0.837	0.869	0.927	0.933	0.937	26	0	0.97	0.92	1.08		
27 Israel	0.829	0.853	0.868	0.883	0.908	0.929	0.932	0.935	28	1	0.44	0.44	0.42		
28 Andorra	0.933	0.934	27	-1		
29 Slovenia	0.853	0.861	0.892	0.918	0.924	0.929	29	0	..	0.51	0.58		
30 Brunei Darussalam	0.827	0.843	0.876	0.889	0.905	0.917	0.919	0.920	30	0	0.39	0.29	0.22		
31 Kuwait	0.812	0.826	..	0.851	0.874	0.915	0.912	0.916	31	0	0.44	..	0.67		
32 Cyprus	0.849	0.866	0.897	0.908	0.911	0.914	32	0	..	0.43	0.26		
33 Qatar	0.870	0.903	0.905	0.910	34	1	0.64		
34 Portugal	0.768	0.789	0.833	0.870	0.895	0.904	0.907	0.909	33	-1	0.63	0.52	0.23		
35 United Arab Emirates	0.743	0.806	0.834	0.845	0.848	0.896	0.896	0.903	37	2	0.72	0.47	0.91		
36 Czech Republic	0.847	0.857	0.868	0.894	0.899	0.903	36	0	..	0.38	0.56		
37 Barbados	0.890	0.891	0.903	39	2		
38 Malta	..	0.809	0.836	0.856	0.874	0.897	0.899	0.902	35	-3	0.50*	0.45	0.45		
HIGH HUMAN DEVELOPMENT															
39 Bahrain	0.761	0.784	0.829	0.850	0.864	0.888	0.894	0.895	38	-1	0.60	0.45	0.50		
40 Estonia	0.817	0.796	0.835	0.872	0.878	0.883	40	0	..	0.46	0.80		
41 Poland	0.806	0.823	0.853	0.871	0.876	0.880	42	1	..	0.52	0.45		
42 Slovakia	0.827	0.840	0.867	0.873	0.880	44	2	0.66		
43 Hungary	0.802	0.813	0.812	0.816	0.844	0.874	0.878	0.879	41	-2	0.34	0.47	0.58		
44 Chile	0.748	0.762	0.795	0.822	0.849	0.872	0.874	0.878	43	-1	0.59	0.58	0.48		
45 Croatia	0.817	0.811	0.837	0.862	0.867	0.871	45	0	..	0.38	0.58		
46 Lithuania	0.828	0.791	0.830	0.862	0.865	0.870	46	0	..	0.29	0.68		
47 Antigua and Barbuda	0.860	0.868	48	1		
48 Latvia	0.803	0.765	0.810	0.852	0.859	0.866	50	2	..	0.44	0.96		
49 Argentina	0.793	0.797	0.804	0.824	..	0.855	0.861	0.866	47	-2	0.33	0.44	..		
50 Uruguay	0.776	0.783	0.802	0.817	0.837	0.855	0.860	0.865	49	-1	0.40	0.45	0.47		
51 Cuba	0.839	0.856	0.863	51	0		
52 Bahamas	0.852	0.854	0.856	52	0		
53 Mexico	0.756	0.768	0.782	0.794	0.825	0.844	0.849	0.854	54	1	0.45	0.52	0.50		
54 Costa Rica	0.763	0.770	0.791	0.807	0.825	0.844	0.849	0.854	53	-1	0.42	0.45	0.48		
55 Libyan Arab Jamahiriya	0.821	0.837	0.842	0.847	56	1	0.44		
56 Oman	0.836	0.843	0.846	55	-1		
57 Seychelles	0.841	0.838	0.841	0.845	57	0	0.06		
58 Venezuela (Bolivarian Republic of)	0.765	0.765	0.790	0.793	0.802	0.822	0.833	0.844	62	4	0.37	0.39	0.74		
59 Saudi Arabia	0.744	0.765	..	0.837	0.840	0.843	58	-1	..	0.74	..		

Fonte: UNDP (2009).

Por outro lado, por ter desenvolvido tanto a sua economia no setor petrolífero, a economia da Líbia se tornou altamente dependente de sua exportação, bem como a população de seu governo. Sendo assim, o crescimento da Líbia poderia ser descrito como um desenvolvimento relativizado pela má distribuição de riquezas e corrupção em uma economia que não se desenvolveu para além do setor petrolífero. A riqueza da Líbia era distribuída de forma desigual e acabou por beneficiar apenas Gaddafi, sua própria família, e seus aliados, o que fez com que o padrão de vida de parte do povo líbio aumentasse, deixando-os, por outro lado, mais dependentes do Estado (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

A Líbia ainda precisou enfrentar a carência de oportunidades na região. Além do orçamento do país ficar vulnerável às flutuações no preço do petróleo no mercado internacional, de acordo com a U.S. Energy Information Administration – EIA (2005, p.1), o governo arbitrário e a rigidez estrutural também foram obstáculos para a falta de investimento estrangeiro na Líbia. Isso ficou evidente após as sanções impostas à Líbia entre as décadas de 80 e 90 tanto pelos Estados Unidos quanto pelas Nações Unidas devido às associações de Gaddafi com o terrorismo.

Em Berlim Ocidental, em 1986, o atentado terrorista à discoteca La Belle – frequentada por soldados americanos – fez com que os Estados Unidos impusessem sanções à Líbia, considerada principal responsável, que incluíram principalmente a proibição de importação e exportação de petróleo (BBC BRASIL, 2011). Dois anos mais tarde, o atentado terrorista sobre o voo da Pan Am Lockerbie atribuído à Gaddafi, na Escócia em 1988, fez o Conselho de Segurança decretar embargo aéreo e de armas, além de proibir a venda de equipamentos de petróleo para a Líbia em uma tentativa de pressionar o governo de Trípoli a entregar os suspeitos para julgamento (BBC BRASIL, 2011). Com tais medidas, a Líbia ficou totalmente isolada.

Foi só entre os anos de 2003 e 2004, após Gaddafi assumir responsabilidade por tais atos, que as sanções à Líbia tanto por parte dos Estados Unidos, quanto das Nações Unidas, foram abolidas, o que fez com que o setor petrolífero líbio se abrisse ao ambiente internacional outra vez, fazendo com que a economia do país ganhasse certo fôlego (EIA, 2005, p.2). Sendo assim, os Estados Unidos voltaram a investir no petróleo líbio e foi devido ao aumento das receitas pelo aumento das exportações internacionais de petróleo que, conforme o EIA (2005, p.1), a Líbia registrou um forte crescimento econômico, com um aumento de PIB estimado em cerca de 9,8% em 2003 e 7,7% em 2004. Ainda de acordo com a EIA (2011, p.1), desde o fim das sanções, as empresas petrolíferas internacionais intensificaram os seus investimentos na Líbia.

A figura abaixo (Figura 2) demonstra esse comparativo da exportação de petróleo por membros da OPEP entre os anos 1969-2004, de acordo com Boletim Estatístico Anual do ano de 2004 emitido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), mostrando que, após o fim das sanções, a Líbia aumentou a sua exportação de petróleo.

Figura 2 – A exportação de petróleo na Líbia cresceu nos anos de 2003 e 2004 após o fim das sanções, de acordo com o Boletim Estatístico Anual de 2004, emitido pela OPEC.

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Algeria	5,856	8,746	12,971	13,066	11,149	9,655	9,778	9,668	5,161
Indonesia	7,439	8,871	15,595	18,164	15,493	13,558	12,477	9,083	5,501
IR Iran	21,684	19,186	11,693	10,047	18,690	20,273	15,713	13,012	5,900
Iraq	10,913	21,382	26,096	10,039	9,933	7,816	8,863	10,097	6,905
Kuwait	9,557	17,294	18,935	14,229	9,066	10,069	10,996	9,451	6,378
SP Libyan AJ	9,885	15,941	21,906	14,930	13,692	12,341	10,970	12,132	7,568
Nigeria	9,452	15,624	24,931	17,291	11,883	9,941	11,534	12,568	4,770
Qatar	2,305	3,693	5,372	5,496	4,214	2,993	4,386	3,068	1,720
Saudi Arabia	40,332	62,855	101,421	111,546	73,263	44,829	36,282	25,930	18,060
United Arab Emirates	8,661	12,862	19,390	18,761	15,956	13,016	12,037	10,896	6,865
Venezuela	8,740	13,633	17,562	18,609	15,633	13,857	14,824	12,956	7,178
OPEC	134,823	200,086	275,872	252,177	198,971	158,347	147,861	128,862	76,005

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Algeria	6,555	5,725	6,815	9,588	8,464	7,885	6,902	6,335	6,938
Indonesia	6,157	5,042	6,062	7,404	6,714	6,619	5,693	6,005	6,443
IR Iran	9,400	8,419	11,315	16,831	15,276	15,184	12,773	13,576	14,973
Iraq	9,416	9,312	11,876	9,594	351	482	425	421	461
Kuwait	7,523	6,840	10,432	6,385	874	6,221	9,711	10,459	12,054
SP Libyan AJ	6,293	6,070	6,573	10,715	10,211	9,326	7,689	7,170	7,763
Nigeria	7,024	6,267	7,470	13,265	11,792	11,642	10,859	11,040	11,512
Qatar	1,829	1,709	1,955	3,273	2,828	2,870	2,811	2,623	2,987
Saudi Arabia	20,427	20,205	24,095	40,129	43,607	46,527	38,621	38,138	43,547
United Arab Emirates	7,900	7,627	10,215	14,846	14,356	14,251	12,118	11,683	12,822
Venezuela	9,054	8,158	10,001	13,953	12,302	11,336	10,859	12,292	13,987
OPEC	91,578	85,375	106,809	145,982	126,775	132,343	118,460	119,741	133,486

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	2004*
Algeria	8,826	8,352	5,691	8,314	14,204	11,736	12,370	16,476	23,062
Indonesia	7,879	7,243	4,600	6,580	10,935	8,944	8,583	9,685	11,191
IR Iran	19,441	15,553	10,048	16,098	25,443	21,420	19,219	26,124	34,289
Iraq	680	4,280	5,111	12,104	19,771	15,685	12,593	7,519	17,751
Kuwait	14,132	13,468	8,472	11,026	18,185	14,980	14,060	19,005	26,363
SP Libyan AJ	9,543	8,905	5,612	7,734	12,230	10,875	10,482	13,567	18,653
Nigeria	14,888	14,391	8,754	12,453	20,040	17,188	17,083	22,184	32,337
Qatar	3,489	3,744	3,357	4,775	7,834	6,964	6,885	8,814	11,694
Saudi Arabia	54,272	53,343	32,569	44,880	70,866	59,788	63,815	82,271	106,189
United Arab Emirates	14,980	15,269	11,131	15,021	26,148	22,414	21,768	25,153	38,099
Venezuela	19,659	18,140	12,007	16,465	26,629	20,047	20,337	18,756	29,379
OPEC	167,790	162,687	107,351	155,449	252,285	210,041	207,194	249,553	349,008

Fonte: OPEC (2004).

Mesmo após a reconciliação de Gaddafi com o Ocidente, o que deu muita expectativa para o aumento das receitas advindas do petróleo, a população da Líbia continuou sofrendo com a inflação, a corrupção do governo, o desemprego alto entre a população jovem estimado em 46.26% (BANCO MUNDIAL, 2004) e opressões do governo aos opositores, na medida em que “[...] a maior parte das oportunidades abertas desde a reabilitação internacional ficou nas mãos de uma

elite, em particular os filhos de Gaddafi [...]”, diz o relatório do centro de estudos International Crisis Group (2011). Nesse sentido, muitos líbios, principalmente os opositores de Gaddafi, passaram a enfrentar desafios econômicos, fazendo com que crescesse um sentimento de justiça entre a população.

Entre os anos de 2010 e 2011, uma onda de protestos e levantes pró-democracia se espalharam pelo Oriente Médio e pelo Norte da África desafiando os regimes autoritários da região (EL PAÍS, 2021, online). A Líbia não foi o primeiro país a se revoltar contra o seu governante. Contudo, impulsionada pelas revoltas em países árabes vizinhos como a Tunísia e o Egito, a revolta popular da Líbia contra o regime autoritário de Muammar al-Gaddafi se iniciou em fevereiro de 2011.

Diante dos problemas enfrentados pela população da Líbia, acrescidos pelas consequências da crise econômica de 2008 e dos 42 anos de ditadura do governante, a agitação contra o regime desencadeou em uma onda de violência. Na tentativa de sufocar as manifestações, Gaddafi respondeu com violência armada, fato que tornou crucial a intervenção no país. Em resposta à brutalidade do governo, a população foi mais radical em seus protestos e, de acordo com os hospitais do país, em quatro dias de confronto já havia 233 mortos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2011).

O crescente número de mortes na Líbia chamou a atenção internacional já que os civis estavam sendo alvejados pelas forças armadas de seu próprio país. A diretora do Human Rights Watch (2011) para o Oriente Médio e o Norte da África, Sarah Leah Whitson, resumiu a situação como uma catástrofe de direitos humanos. Ao mesmo tempo, os países começaram a protestar e exigir a saída de Muammar. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, a partir dos abusos deliberados pelas forças do então Chefe de Estado em ataque aos civis, adotou a Resolução 1970 (CSNU, 2011) condenando os ataques de Gaddafi em crimes contra a humanidade, e exigindo o fim imediato da violência mediante novos embargos e sanções.

O fracasso do governo de Muammar al-Gaddafi em cumprir a Resolução 1970 fez com que o Conselho de Segurança, naquele mesmo ano, aprovasse a Resolução 1973 (CSNU, 2011) endossada pela “Responsabilidade de Proteger”. As Nações Unidas entenderam o caos na Líbia como uma ameaça à paz internacional e em seu mandato decidiram por uma zona de exclusão aérea na Líbia e o estabelecimento de zonas seguras como medida de precaução, além de autorizar todas as medidas necessárias aos Estados para acabar com o conflito. Nesse momento, a soberania na

Líbia foi colocada em xeque pelo controle das Nações Unidas na situação e a aprovação do uso da força, o que, dois dias depois, levou à intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte no país africano.

Estados Unidos, Reino Unido e França decidiram que para garantir a proteção dos civis e para que a Líbia pudesse passar por um processo constitucional inclusivo, era necessário cumprir o mandato da ONU fazendo tudo o que fosse necessário para solucionar o conflito. Dessa forma, Gaddafi foi capturado, morto e deposto do poder sob a operação *Unified Protector* (2011) da OTAN. As controvérsias em torno da intervenção, por outro lado, abriram brechas para uma série de questionamentos, dado que organizações da sociedade civil identificaram uma série de ataques aéreos da OTAN que culminaram na morte de civis, mesmo sem evidências de alvo militar sujeito à ataques (HUMAN RIGHTS WATCH, 2012).

Em paralelo, o Conselho de Segurança da ONU (2011) aprovou a Resolução 2009 que aprovou a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia reafirmando sua liderança no processo de transição política no país conforme “2. a expectativa da criação de um governo de transição inclusivo e representativo e sublinha a necessidade de o período de transição ser sustentado por um compromisso com a democracia, a boa governança, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos” (CSNU, 2011, p.2). Por ser uma missão política, não militar, a UNSMIL centrou-se no apoio das autoridades civis em suas responsabilidades – manter o Estado de direito e garantir os direitos da população (NAÇÕES UNIDAS, 2011), uma vez finalizadas as hostilidades.

Após o fim do conflito armado e a retirada da OTAN, a UNSMIL executou a sua missão de conduzir o processo do pós-guerra na Líbia e apoiar politicamente o governo de transição. Contudo, a corrida para a transição democrática na Líbia parece ter desencadeado em novas rodadas de conflitos com disfunções políticas arraigadas e até mesmo uma nova guerra civil. Não surpreendente, um mandato que inicialmente era para ter duração de três meses, permanece até os dias atuais.

3. A Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia

No início de sua atuação no país, as Nações Unidas focaram, sobretudo no apoio eleitoral (SGNU, 2011), dado que seria necessário a realização de eleições no país em um prazo de oito meses. Nesse sentido, a UNSMIL forneceu informações sobre diversos sistemas eleitorais, destacando as implicações de cada um, e discutiu as pré-condições essenciais para a implementação das atividades eleitorais e enfatizou a importância de consultas amplas com a sociedade civil (SGNU, 2011). Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a UNSMIL também iniciou ações para auxiliar na educação eleitoral e no desenvolvimento de estratégias para a educação cívica sob os princípios de eleições, democracia e boa governança.

Entretanto, embora as Nações Unidas pudessem prestar assistência e apoio em conformidade com o seu mandato, o Secretário-Geral enfatizou que as eleições constituem um processo liderado pela Líbia e, portanto, seria a própria população que deveria chegar a um acordo sobre o sistema eleitoral e outros elementos essenciais da legislação eleitoral.

A respeito da justiça transicional, sob uma necessidade imediata da UNSMIL, foi criada uma Comissão de Inquérito para a investigação de violação dos direitos humanos e o desaparecimento de pessoas, e o Conselho Nacional de Transição (NTC, na sigla em inglês) criou um órgão de auditoria independente para combater a corrupção e garantir a transparência do governo. Diante da chegada das primeiras eleições no país, a UNSMIL colocou em foco a necessidade de ser introduzida uma polícia no país para a proteção da segurança pública, dado que a fragmentação política e a presença de milícias armadas fizeram com que os grupos políticos continuassem guerreando pela ordem na Líbia. O Secretário-Geral da ONU também destacou que a insegurança armada no país limita a capacidade da UNSMIL para apoiar missões visitantes.

Contudo, mesmo com os avanços das atividades da ONU, os esforços e os apelos também da NTC não cessaram o conflito, o que atrasou a formação do novo governo e outros desenvolvimentos essenciais para o diálogo e a avaliação das necessidades necessárias para o planejamento da missão da ONU. Sendo assim, o Secretário-Geral prorrogou o mandato da UNSMIL por 3 meses sob a justificativa de estabelecer ajustes que refletissem os desejos da população, e também do Governo interino (SGNU, 2011).

A Líbia conseguiu algum desenvolvimento na economia com o setor petrolífero se recuperando, e na política com o Governo interino destacando suas prioridades na segurança pública, o fortalecimento institucional e a realização das eleições, o respeito pelos direitos humanos

e a integração dos combatentes revolucionários nos setores da defesa, polícia e civil (SGNU, 2012). Contudo, além dos protestos que já vinham ocorrendo entre tribos rivais, uma possível anistia aos antigos combatentes e funcionários do governo de Muammar al-Gaddafi pelo NTC fez com que novos protestos e conflitos ganhassem força. Os manifestantes exigiam uma maior transparência e responsabilização do atual governo para que os antigos apoiantes do regime fossem excluídos do processo político e expurgados das instituições do Estado (SGNU, 2012). Os confrontos armados intermitentes, então, seguiram como um desafio ao Conselho para conter a situação de segurança no país.

Dada as dificuldades enfrentadas, a UNSMIL continuou atuando com foco no apoio eleitoral. A UNSMIL, em conjunto com o Conselho Nacional de Transição estabeleceram um quadro jurídico e institucional base para as eleições do Congresso Nacional, e um projeto de lei eleitoral a partir da consulta pública. Conforme exposto (SGNU, 2012), a UNSMIL enfatizou a importância de um processo inclusivo e amplamente aceitável ao povo líbio, além de fornecer comentários sobre o projeto de lei a partir da perspectiva dos direitos humanos e da justiça transicional, com o objetivo de garantir melhorias na legislação que abarcassem as preocupações levantadas na consulta pública.

Com foco nos direitos humanos então, foi tornada pública a lei de justiça transicional, que previu uma comissão de apuramento de fatos e reconciliação para investigar violações dos direitos humanos desde 1969. Para fazer avançar a justiça transicional na Líbia, as Nações Unidas também reuniram intervenientes governamentais, especialistas internacionais e representantes da sociedade civil para discutirem estratégias, que terminou com pedidos de maior apoio da UNSMIL nas áreas de apuração da verdade e formação para o setor de justiça (SGNU, 2012). O Conselho Nacional para as Liberdades Públicas e os Direitos Humanos foi então criado, sob apoio da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia, com o objetivo de promover os direitos humanos, além de monitorar atividades governamentais e forjar a cooperação com a sociedade civil.

Sob o espectro da segurança pública, a UNSMIL e o Governo interino continuaram a enfrentar desafios na construção de estruturas de segurança nacional, sobretudo na integração dos combatentes revolucionários em instituições de segurança nacional ou na vida civil. Conforme aponta o Secretário-Geral, uma das medidas pela UNSMIL em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS) teria sido a prestação de serviços de aconselhamento psicossocial para

antigos combatentes e outras pessoas, incluindo crianças, que estavam associadas aos grupos e forças armadas (SGNU, 2012).

Mesmo assim, devido a intensificação das rivalidades na região e a ineficácia por parte da NTC e do Governo interino em manter o país unificado, a UNSMIL teve o seu mandato estendido por mais 12 meses com o objetivo de continuar apoiando a transição democrática. O foco da missão, contudo, apesar dos requisitos transitórios, seriam os setores em que há necessidades de reforma no longo prazo (SGNU, 2012). Nesse sentido, o Secretário-Geral informou que a UNSMIL não se limitaria apenas ao suporte eleitoral inicial das pós-eleições, bem como no apoio dos subsequentes marcos eleitorais e constitucionais do país e o fortalecimento das instituições políticas (SGNU, 2012). Além disso, a prorrogação do mandato previu um maior esforço da Missão para apoiar a construção de um setor de segurança eficaz e responsável, apoiar o desenvolvimento de novas leis, de reformas jurídicas e institucionais, e estabelecer instituições nacionais independentes para promover e proteger os direitos humanos. O Secretário-Geral da ONU (2012) ainda informou que UNSMIL estaria comprometida com a flexibilidade das demandas emergentes na Líbia e nas necessidades já definidas localmente para se alcançar uma transição política bem-sucedida.

No mesmo ano, o Secretário-Geral (SGNU, 2012) destacou o comprometimento da UNSMIL em apoiar a Líbia na realização de eleições transparentes e flexíveis em um curto período, tendo desenvolvido um quadro jurídico e regulamentar às partes interessadas no processo. Contudo, apesar da realização das primeiras eleições na Líbia e a eleição do Conselho Geral Nacional (CGN), foi documentado a violência durante o período, principalmente devido ao ressurgimento de tensões locais e às desavenças políticas e religiosas.

O Secretário-Geral (2012) apontou como um desafio as falhas de segurança na região, principalmente no que cerne a contínua detenção dos civis apoiadores do antigo regime que estariam sujeitos a maus-tratos e torturas, conforme o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, 2012). Ban Ki Moon relatou ainda que a UNSMIL continuou investigando os relatos e buscando uma atuação mais efetiva do governo sob essa grave violação das normas internacionais dos direitos humanos, além de apoiar as autoridades líbias na promoção de uma cultura de direitos humanos. Ele ainda destacou que a Missão está comprometida em apoiar eficazmente às necessidades específicas da Líbia, com vista a rever e ajustar o mandato conforme fosse necessário, contudo, reafirmou o mandato atual da Missão e o seu papel futuro na

transição democrática na Líbia, informando que continuará mobilizando e alinhando esforços internacionais com as prioridades nacionais do governo líbio (SGNU, 2012).

Em 2013, apesar da deterioração na segurança pública do Estado devido às deficiências operacionais durante o regime de al-Gaddafi, progressos notáveis puderam ser documentados na região (SGNU, 2013), principalmente em relação à transformação política do país. A tomada da posse, em 14 de novembro, do primeiro governo democraticamente constituído da Líbia é um exemplo disso. Por outro lado, o Secretário-Geral das Nações Unidas destacou a polarização política que emergiu no período pós-eleições, destacando o descontentamento e ataques da oposição – principalmente em vista à Lei do Isolamento que exclui os apoiadores do antigo regime de funções políticas – e a autorização da força armada pelo governo líbio, o que fez com que a insegurança armada crescesse significativamente na região (SGNU, 2013).

As Nações Unidas, durante esse período, continuaram a desenvolver sua atuação no aconselhamento eleitoral do Conselho Geral Nacional, e em recomendações e estratégias sobre as prioridades da segurança do país, além da necessidade do governo de afirmar a sua autoridade sobre os ex-funcionários de Gaddafi que permanecem detidos a fim da realização julgamentos criminais transparentes. As principais atividades da UNSMIL envolveram o desenvolvimento do diálogo com os líbios por meio de workshops, conferências, campanhas em torno das prioridades nacionais imediatas, o apoio ao fortalecimento de instituições com foco na economia e no trabalho, além da reforma eficaz do setor de segurança líbio, sobretudo na criação de comitês específicos comprometidos com as leis do país e com as obrigações dos tratados internacionais de direitos humanos (SGNU, 2013).

Dito isso, o Secretário-Geral das Nações Unidas informou que os desafios que a Líbia enfrentou em sua transição democrática são em vista de um setor de segurança debilitado, tensões entre grupos rivais, ausência de normas políticas, precariedade de oportunidades econômicas e um legado de instituições disfuncionais que teriam sido minadas ao longo de décadas de um regime autoritário (SGNU, 2013). Portanto, seria dever das autoridades eleitas a capacidade de reconstruir e modernizar as estruturas debilitadas do país por meio de um esforço sustentado e concentrado, além de promover o diálogo inclusivo entre todos os atores políticos, revolucionários e sociais para garantir a ordem democrática. O mandato da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia foi, portanto, prorrogado por mais 12 meses sob a promessa da Missão de aumentar e reorientar esforços junto à comunidade internacional para desenvolver uma transição sustentável no país.

Em 2014, a situação política da Líbia se deteriorou significativamente. O novo governo foi incapaz de enfrentar o problema das milícias que lutavam por sua própria ideologia e impunham o seu controle em diversas regiões, inclusive sob os centros de detenção. O fracasso político sobre a segurança afetou diversos setores da comunidade, como a redução da produção nacional de petróleo (SGNU, 2014). A suspeita de envolvimento do Conselho Geral Nacional em situações de violência fez com que a sociedade rejeitasse ainda mais o governo, desencadeando uma nova onda de manifestações e conflitos exigindo resultados imediatos na proteção dos civis e na reconstrução da segurança do país.

Ao mesmo tempo, Khalifa Haftar, ex-oficial do regime de Muammar al-Gaddafi, exigiu o fim do Conselho Geral Nacional e ordenou novas eleições, o que foi visto como uma tentativa de golpe de Estado (SGNU, 2014). O oficial convocou uma operação militar para depor o CGN e depor as milícias apoiadas pelo governo, o que agravou as tensões e iniciou uma nova Guerra Civil na Líbia que perdurou até 2020. Essa guerra colocou duas administrações políticas rivais uma contra a outra pelo controle da autoridade na Líbia e grupos rivais armados em conflito por seus apoiadores. A situação se agravou quando os membros do Estado Islâmico do Iraque e da Síria aproveitaram a instabilidade para expandir o seu controle no Estado líbio (SGNU, 2014).

A profunda polarização vigente na época e a eclosão de um conflito que deteriorou totalmente as condições de vida da população (SGNU, 2014). Nem mesmo o apelo do Conselho de Segurança da ONU a partir da Resolução 2174 (CSNU, 2014) que exigiu um cessar-fogo imediato sob pena de sanções àqueles que obstruem o processo de transição política foi capaz de conter as hostilidades. Um apelo de intervenção internacional ao Conselho de Segurança também foi emitido por representantes da Líbia, contudo rejeitado pelo Conselho Geral Nacional.

Antes do início do conflito, a UNSMIL, em parceria com órgãos internacionais como o PNUD e a OIM (Organização Internacional para as Migrações), continuou prestando apoio eleitoral por meio do aconselhamento do Conselho Geral Nacional e ainda apoiou a criação de comitês e ministérios que facilitassem e desenvolvessem o diálogo com os representantes líbios sobre a necessidade de uma resposta coordenada aos problemas emergentes e o envolvimento público no processo de transição democrática. A UNSMIL também continuou monitorando a situação de segurança em conjunto com a polícia judiciária do país, e divulgou um relatório em parceria com a ACNUDH, sobre os problemas de direitos humanos de detidos custodiados na Líbia, estabelecendo recomendações para as autoridades do país.

Após o início de conflito, a Missão política da ONU também centrou os seus esforços em estabelecer apoio humanitário e assistência internacional à Líbia (SGNU, 2014). A equipe humanitária das Nações Unidas contribuiu com serviços de assistência humanitária direta – como produtos alimentares e serviços de saúde – para satisfazer as necessidades básicas de pessoas vulneráveis e grupos afetados pelo conflito e melhorar as condições de vida em centros de acolhimento. Em paralelo, a Organização Internacional para Migrações (OIM) ajudou a repatriar milhares de migrantes retidos na Líbia aos seus países de origem através de um programa financiado pela União Europeia. A UNSMIL também focou no diálogo político entre os principais grupos e intervenientes líbios sobre os possíveis acordos e resultados para o futuro do país, mas que devido ao aumento das hostilidades não se concretizou. O Secretário-Geral da ONU (2014) destaca que apesar dos progressos atingidos no processo constitucional do país, um contexto de violência contínua pela proliferação de grupos terroristas atrelado à falta de governança eficaz e um descompromisso da população em sustentar um diálogo democrático, dificultou a atuação das Nações Unidas. O mandato da Missão de Apoio das Nações Unidas foi renovado por mais 12 meses.

Em meio a renovações de mandatos da UNSMIL, as Nações Unidas (2015-2018) alegaram que a situação de crise humanitária na Líbia se deteriorou. Apesar dos esforços da UNSMIL em promover o diálogo político para conter a instabilidade na região, a mediação promovida pela ONU não foi suficiente já que a Líbia continuou vivendo a polarização política com embates entre grupos armados. O principal foco da UNSMIL nesse período foi a implementação do Acordo Político Líbio (SGNU, 2015), prevendo a formação de um governo de unidade apoiado por mecanismos de segurança. Conforme exposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 2259 (2015), esse governo era urgentemente necessário para fornecer à Líbia os meios de manter a governança, a estabilidade e o desenvolvimento econômico, com o objetivo de pôr fim à crise institucional e ao conflito armado. O Secretário-Geral ainda reconheceu que dado o impasse político com o aumento da insegurança, sobretudo em Trípoli e em áreas petrolíferas, o Acordo seria o único quadro político para conduzir o país.

O foco da UNSMIL não mudou desde o início de sua ação na Líbia. A Missão da ONU continuou apoiando medidas eleitorais e auxiliando à liderança de autoridades da Líbia, além de atuar como facilitadores das medidas de segurança do Estado, dando suporte a investigações de violações dos direitos humanos e intensificando o apoio humanitário na região. A UNSMIL seguiu

trabalhando em conjunto com a comunidade regional e internacional para apoiar o processo transitório do país e desenvolver instituições de segurança eficazes e em seu compromisso com o estabelecimento de um quadro constitucional para pôr fim ao período de transição. A instabilidade na região, contudo, comprometeu e atrasou mecanismos de ação dessa Missão.

Até 2018, duas organizações seguiram disputando a legitimidade para governar a Líbia: o Governo do Acordo Nacional (GNA), reconhecido pelo Conselho de Segurança como o único legítimo no país e formado sob os termos do Acordo Político da Líbia – iniciativa liderada pelas Nações Unidas –, e o Exército Nacional Líbio do General Haftar, oficial apoiador do antigo regime que ganhou popularidade após a queda de Gaddafi e a luta contra grupos islâmicos. Ainda em 2018, a UNSMIL negociou um cessar-fogo que resultou em uma diminuição momentânea dos confrontos (SGNU, 2019). Junto à diminuição dos conflitos, a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia continuou os seus esforços para o planejamento de futuras eleições junto ao GNA, e também apoiou a criação de uma comissão sobre medidas de segurança em Trípoli composta por funcionários do governo. Além disso, o Secretário-Geral informou que a UNSMIL estaria mais perto de um esforço para terminar a transição política no país, conforme desejado pelo povo líbio.

Entretanto, em 2019, as hostilidades retornaram em uma ofensiva das forças de Haftar para tomar o poder em Trípoli (SGNU, 2020). António Guterres, que havia assumido como Secretário-Geral das Nações Unidas em 2017, documentou que desde o retorno dos conflitos, a interferência externa de mercenários e a venda de materiais de guerra se agravou (SGNU, 2020). As atividades da UNSMIL durante esse período se limitaram ao apoio do projeto da Cimeira de Berlim que reuniu representantes de vários países para discutir a cessação das hostilidades na Líbia e um cessar-fogo permanente para um regresso ao processo político, além de preparar o caminho para proteger as discussões internas sobre o futuro do país. Após a Cimeira de Berlim, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 2473 (2019) sobre o embargo de armas para a proteção dos civis e a restauração da segurança. Mesmo após as discussões em Berlim, os processos democráticos e os esperados avanços no país estagnaram (SGNU, 2020), o que abriu espaço para uma maior fragmentação na estrutura de governança local.

No ano seguinte, o Secretário-Geral (2020) reportou que a UNSMIL relatou violações ao embargo de armas e uma sequência dos conflitos armados na Líbia, crescentes combates e fragmentação política, além da deterioração dos rendimentos básicos à sobrevivência da sociedade, como o sistema de saúde, alimentação, devido à pandemia do corona-vírus. Com a propagação da

pandemia do corona-vírus, a atuação da UNSMIL voltou-se para o apoio de medidas preventivas do Governo do Acordo Nacional para proteger a população. Ainda em 2020, foi realizada uma Conferência em Berlim sobre a Líbia com participantes internacionais em conjunto com às partes interessadas da Líbia – através de um diálogo que foi facilitado pela Missão de Apoio da ONU –, na qual se reiterou o apelo pelo cessar-fogo e o comprometimento de esforços nacionais na abordagem da COVID-19 (SGNU, 2020).

Com o agravamento das tensões e a crise humanitária no país, o Exército Nacional Líbio se considerou responsável pelas instituições de governo e a transição do país, descartando o Acordo Político da Líbia presidido pelas Nações Unidas. No ano de 2021, o Secretário-Geral das Nações Unidas (2021) documentou a continuação dos esforços da UNSMIL para promover o diálogo na Líbia em apoio com o cessar-fogo no conflito e para a realização das novas eleições no final de 2021. A Missão seguiu com o aconselhamento e assistência à Alta Comissão Nacional de Eleições e apoio a um Fórum de Diálogo Político da Líbia para a consideração de um projeto constitucional base e debate sobre as questões eleitorais, como o tipo de votação, e a necessidade das autoridades líbias cumpram o seu dever de adoção de leis eleitorais para satisfazer a população. As Nações Unidas seguiram documentando violações de direitos humanos, inclusive por parte de autoridades líbias em prisões, e seguiram apelando para a responsabilidade das instituições de segurança.

A Missão também facilitou o diálogo com o governo líbio através da segunda Conferência de Berlim sobre a Líbia, que destacou a importância da realização das eleições previstas e chamou atenção para o respeito aos direitos humanos e humanitário internacional junto a necessidade e esforço por parte das autoridades da Líbia de responsabilização daqueles envolvidos na violação desses direitos. Durante esse período, também foi realizada uma revisão estratégica da UNSMIL a pedido do Conselho de Segurança, que terminou com recomendações sobre o mandato e sobre a intensificação de esforços de mediação por parte da Missão e um aumento de seus recursos e capacidades para lidar com a crise na Líbia. Com base nessas recomendações, o mandato da UNSMIL foi renovado por um ano.

No ano seguinte, a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia continuou a fortalecer as três fontes de diálogo internas do país: política, econômica e de segurança. O Secretário-Geral da ONU (2022) documentou que o foco de ação da organização foram os preparativos para a organização de eleições presidenciais por meio da assistência às autoridades do país sobre a necessidade de uma base constitucional para conduzir eleições democráticas, o apoio aos esforços

para promover a reunificação do Banco Central da Líbia, a proteção dos civis por autoridades da Líbia e a monitorização do cessar-fogo. Neste último, a UNSMIL facilitou diversas reuniões entre a Comissão Militar Conjunta 5+5 da Líbia – que integra oficiais militares em representação das duas partes do conflito – com outros países para se discutir as condições de um cessar-fogo duradouro e apoiou o estabelecimento de um mecanismo eficaz para coordenar e avaliar os progressos do acordo, a fim de construir a confiança dos líbios.

Ainda em 2022, a UNSMIL reportou ataques aos direitos humanos na Líbia e documentou violações do direito internacional humanitário. Nesse sentido, a Missão continuou a trabalhar com grupos de direitos humanos para a realização de workshops de segurança para os intervenientes do país e trabalhou com parceiros internacionais para apoiar e reforçar o sistema de justiça líbio e reconstruir a confiança da população nas instituições do Estado. Além disso, a situação de marginalização e os desafios socioeconômicos no sul da Líbia desencadearam em uma série de protestos acerca de exigências de prestação de serviços básicos por parte do governo líbio e de uma representação mais forte das instituições do Estado (SGNU, 2022). A ONU, por sua vez, relatou que a UNSMIL seguiu apoiando os esforços do governo para garantir uma boa distribuição das receitas de petróleo para a população, mas relatou deficiência e falta de transparência nas atividades do Banco Central da Líbia.

O ano de 2023 mostrou que a situação da Líbia não mudou desde a aprovação do primeiro mandato da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia em 2011. A UNSMIL continuou o seu trabalho com o PNUD de apoiar a realização de eleições presidenciais no país, dessa vez no ano de 2023, fornecendo às autoridades líbias conhecimentos eleitorais, constitucionais e técnicos especializados. Além disso, na frente de segurança, a Missão continuou monitorando a evolução do cessar-fogo, facilitando a reunião entre a Comissão Conjunta Militar e combatentes armados, nos esforços de diminuir as tensões e violência na região para proteger os civis e criar um ambiente de segurança conducente às eleições. No aspecto econômico, o Secretário-Geral (2023) também relatou que a Missão também seguiu apoiando os esforços para melhorar a gestão de recursos de forma transparente, equitativa e responsável durante o período de transição.

Um foco também foi dado na promoção dos direitos humanos no país (SGNU, 2023). Em meio ao aumento dos combates e agressões por grupos armados em civis, a Missão documentou uma diminuição do espaço cívico na Líbia a partir de abordagens agressivas de intervenientes de segurança do próprio Estado e a criação de uma Comissão por parte do Governo de Unidade

Nacional para regular as atividades da sociedade civil. Nesse sentido, o Secretário-Geral (2023) relatou que a UNSMIL apoiou a realização de novos workshops e campanhas para promover o diálogo dos direitos humanos e o papel da sociedade civil em sua promoção, facilitou reuniões com atores internacionais para concentrar os direitos humanos como o elemento central do processo de reconciliação política e nacional na Líbia e seguiu prestando assistência para o reforço de capacidades às instituições líbias sobre a ligação entre a aplicação da lei e a responsabilização de culpados.

Por fim, o Secretário-Geral da ONU (2023) reportou que a UNSMIL intensificou os seus esforços para implementar as recomendações delineadas na revisão estratégica independente, em busca de promover a coordenação e a coerência entre as quatro vertentes de diálogo para a Líbia: político, econômico, de segurança e de direitos humanos. Mesmo assim, o impasse político na Líbia continuou frustrando as aspirações de eleições democráticas e a evolução entre os demais setores. Nesse sentido, as Nações Unidas relataram que manterão o seu envolvimento com as partes interessadas líbias para facilitar as discussões e garantir um caminho sustentável para a paz e a estabilidade, junto com o apoio da comunidade internacional, mas que a resolução da crise deve ser assumida e liderada pelo povo líbio.

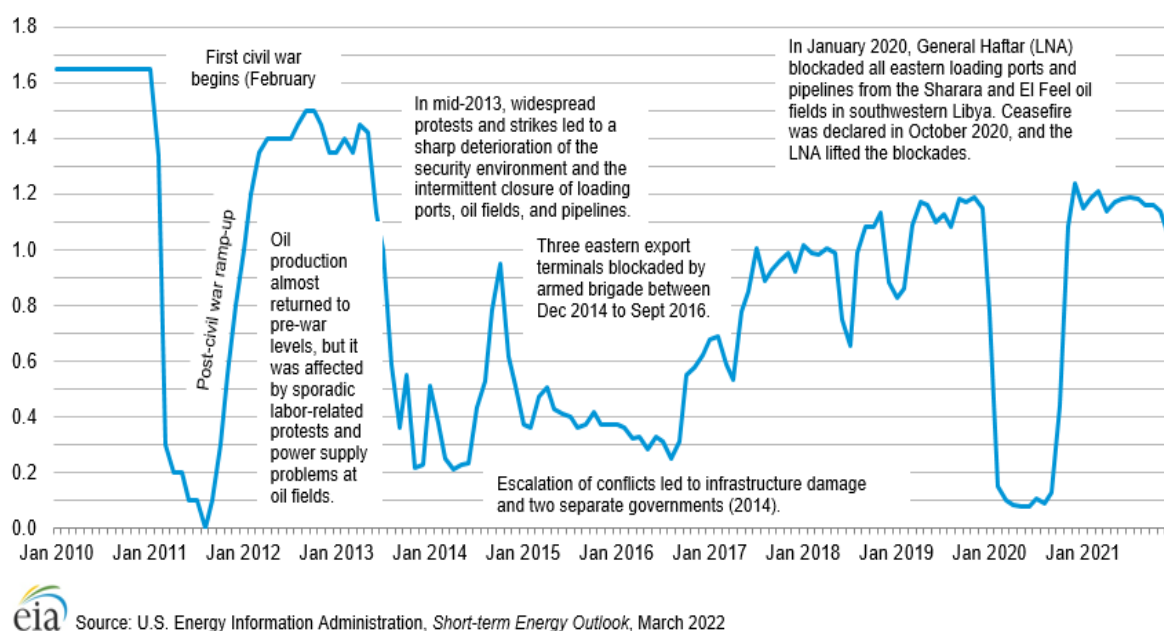
Em síntese, é possível identificar que a principal ação da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia foi o apoio e aconselhamento eleitoral. Contudo, outras ações também foram identificadas durante atuação da UNSMIL: a construção de uma educação cívica por meio de workshops e comitês, o fortalecimento do diálogo no país por meio da mediação, o apoio ao setor de segurança do país, o apoio e a assistência humanitária e o apoio a transparência do setor econômico. Uma análise sobre essas medidas e de que forma elas poderiam ter sido melhor implementadas estão disponíveis na seção seguinte.

4. Análise da atuação das Nações Unidas na Líbia e as consequências para o país

A Líbia atual foi resultado de um sistema que falhou (MOROCCO WORLD NEWS, 2023, online) porque as Nações Unidas falharam em seu único objetivo: estabilizar o país e preparar o terreno para eleições. O vácuo de poder desde a morte de Gaddafi abriu espaço para antigas e novas rivalidades. Os grupos de linha dura começaram a dominar partes do país africano e nem mesmo o Conselho Nacional de Transição, principal e maior grupo opositor ao regime de Gaddafi e responsável pelas principais alianças com o Ocidente, foi capaz de criar um Estado unificado na construção da nova política da Líbia. Entre processos de eleições adiados e resultados não aceitos, todos assistidos pela Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia, é possível concluir que a derrubada de Muammar al-Gaddafi, e muito menos a corrida para a transição democrática, não resultou na democratização da Líbia. Pelo contrário, com o desmoronamento das instituições do Estado líbio, a Líbia entrou em uma crise humanitária e o conflito que se alastra no país não possui uma perspectiva a curto prazo, o que torna cada vez mais difícil as negociações para um acordo de paz bem estruturado e duradouro e para a contínua recuperação da economia do país.

A U.S Energy Information Administration (2022) mostra, através do gráfico a seguir (Figura 3), que a produção de petróleo – que é parte significativa da economia da Líbia – sofre impactos significativos em função da instabilidade política no país. Isso significa que, a instabilidade política na Líbia tem sérios efeitos nas operações de produção, extração e refinamento do petróleo, em questões de segurança para os trabalhadores, em danos à infraestrutura e, sobretudo, na volatilidade dos preços no mercado internacional, afetando não apenas a receita do país, mas também a estabilidade econômica, os investimentos estrangeiros e a estabilidade dos preços globais do petróleo.

Figura 3 – Produção de petróleo bruto na Líbia entre 2010-2021.



Fonte: EIA (2022).

Apesar dos esforços das Nações Unidas junto aos intervenientes políticos e à sociedade civil para se construir uma democracia na Líbia e promover a reconciliação nacional, a crise humanitária que acomete o país denuncia que a atuação da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia falhou no que prometeu uma vez que a missão permanece no território até os dias atuais e sem quaisquer evidências de um sistema democrático. A principal falha da Missão – que atua em moldes políticos e não militares – foi acelerar o processo de eleições sem promover a estabilização de segurança, não prevendo que isso poderia desencadear em um novo conflito. Isso porque, a Líbia pós Gaddafi era um país que já possuía divisões tribais internas, dividido ideologicamente e sem instituições eficazes para contribuir com o funcionamento eficiente do Estado. Nesse sentido, como o país não possuía experiência eleitoral anterior e ainda existiam facções e grupos rivais armados disputando o poder após a deposição de Gaddafi, as eleições realizadas em 2012 alimentaram múltiplas rondas de conflito e disfunções políticas arraigadas, desencadeando em uma nova onda de violência no país. Sendo assim, além do apoio político oferecido ao país, as Nações Unidas deveriam ter focado em uma força de estabilização externa com um mandato mais amplo que incluísse a estabilização da segurança no longo prazo, priorizando atividades de reconciliação e despolarização, como a promoção do diálogo e de debates mediados por observadores de

confiança da UNSMIL, com o objetivo de diminuir as tensões entre grupos, além de focar na segurança de civis e de grupos intercomunitários durante o processo eleitoral a partir de punições à intolerância e à violência armada, a fim de que os mesmos pudessem se manifestar livremente e participar ativamente do processo eleitoral defendendo as suas respectivas necessidades.

Outro fato que chama atenção é o erro da ONU ao presumir que a democracia funcionaria na Líbia pós Gaddafi – com o Estado de Direito enfraquecido –, mesmo desprovida de contexto situacional. A forma de democracia é importante. Não existe um modelo de democracia que sirva a todos os países porque a eficácia e a estabilidade de um sistema democrático dependem também de fatores culturais, históricos e de diversidade étnica, os quais parecem não ter sido considerados pelas Nações Unidas ao estabelecer o mandato da Missão. Sendo assim, a UNSMIL focou em apoiar um governo de transição junto à comunidade internacional – mesmo que não agradasse aos líbios –, muito mais do que promover a reconciliação nacional em um país profundamente dividido. Qualquer que fosse o modelo defendido pela ONU, a Missão deveria considerar a reconciliação nacional e a inclusão e representatividade de todas as partes, garantindo que as tensões fossem reduzidas e que os interesses de todas as comunidades fossem representados. Desse modo, a Missão poderia ter organizado mais rodadas de negociação com os líderes de todas as regiões da Líbia, ter estabelecido para cada novo governo eleito um gabinete que abrangesse as diversas regiões da Líbia, refletindo a diversidade étnica, tribal e política do país, além de convocar assembleias constitucionais nas quais todos os representantes da Líbia pudessem propor artigos a fim de garantir que os interesses de todas as comunidades sejam considerados.

Um outro problema relacionado à implementação das ideias da Missão da ONU refere-se à ausência de instituições no país. Com a persistência dada ao apoio eleitoral, a Missão falhou em não dar prioridade a outros aspectos cruciais ao desenvolvimento do país, como a construção de instituições de governança e segurança estáveis. As instituições estáveis são fundamentais para garantir uma transição democrática bem-sucedida uma vez que proporcionam a base necessária para a consolidação da democracia, criando um alicerce sólido para o crescimento sustentável da ordem e a coesão social. Dessa forma, faltou à Líbia instituições em que a população confiasse, que conferisse legitimidade ao governo líbio e que fossem capazes de promover a ordem, a justiça e a proteção dos direitos individuais, além de prevenir o ressurgimento dos conflitos. Nesse sentido, a UNSMIL não foi capaz de garantir a transição pacífica em meio às paralisações políticas que ocorrem desde 2011. A Líbia permanece um país com instituições políticas e de segurança

danificadas que ficam incapazes de atender, sobretudo, os ideais e o mandato da Missão de Apoio das Nações Unidas. Como resultado da continuidade dos conflitos agravados pela circulação de armas entre civis, o país permanece sem sociedade civil, dividido e profundamente instável.

Além disso, a Líbia atual é fragmentada politicamente e essa é a principal causa dos conflitos (Bertelsmann Stiftung [BTI], 2022). Esse problema decorre de as autoridades de transição não conseguirem promover um imaginário nacional mais inclusivo. Isso significou o aumento da instabilidade e, por outro lado, o aumento da importância das identidades regionais. Apesar dos avanços da UNSMIL, que reabriram o debate nacional para a transição democrática no país – como o cessar-fogo de 2020 e os esforços na Cimeira de Berlim –, nenhuma solução viável será encontrada a menos que qualquer quadro constitucional futuro inclua o reconhecimento de alguma forma de governação subnacional capaz de conduzir as aspirações divergentes do eleitorado da Líbia (BTI, 2022) e que acomode as diferentes identidades e necessidades locais dada a diversidade tribal e regional no país.

A desatenção da Missão em monitorar as autoridades políticas também criou espaço para corrupção e surgimento de milícias, o que prejudicou o progresso desejado em outros setores da sociedade e, conseqüentemente, minou a credibilidade da Missão. A UNSMIL poderia ter investido, por exemplo, em programas independentes de monitoramento, investigação e rastreio das autoridades líbias, incluindo relatórios regulares sobre o desempenho de atividades das autoridades do país, além de promover treinamento dos setores de polícia e sistema de justiça, para garantir que as atividades de milícias fossem controladas e punidas de acordo com a lei, e programas de sensibilização da educação pública para incentivar a população a denunciar práticas ilícitas de autoridades e abuso de poder. Esses mecanismos permitiriam o engajamento civil, a transparência e a responsabilização das autoridades líbias, e poderiam garantir o fortalecimento das instituições, o controle das milícias e atividades ilegais, além do combate à corrupção e abuso de poder no país.

Junto a isso, o apoio incondicional dado às forças de segurança na Líbia para conterem as forças do general Haftar e à oposição civil armada levou ao abuso de poder por parte das forças de segurança do Estado, o que fez com que a Líbia se tornasse palco de graves violações de direitos humanos e permanecesse em situação de instabilidade de segurança até os dias atuais. A Missão Independente de Investigação na Líbia reportou uma série de violações de direitos humanos com abusos, detenções arbitrárias e desaparecimento forçado, evidenciando a impunidade por parte do

Estado, reforçando a necessidade de novos mecanismos de monitoramento de direitos humanos no país, já que a população não confia no sistema de justiça do país (ONU NEWS, 2023, online). Apesar dos esforços conjuntos em documentar as violações, trabalhar com agentes de direitos humanos e dialogar com o povo líbio, sobretudo por meio de campanhas sobre os direitos humanos, as ações da UNSMIL, apesar de vantajosas por um lado, pois fortalecem o papel da sociedade civil e criam um senso de responsabilização e consciência na população, não foram totalmente eficazes já que não foram suficientemente sensíveis às questões e dinâmicas locais que influenciam diretamente a política e a segurança na Líbia – como a fragmentação política. Isso pode ter acontecido por diversas razões, mas vale ressaltar que a Líbia possui um cenário político complexo com uma multiplicidade de atores e interesses regionais. Tal fato requer uma abordagem adaptativa, contextualizada e centrada nas necessidades reais da população para alcançar resultados eficazes. Sendo assim, essa falta de sensibilidade às questões locais e em como lidar com a fragmentação política pode ter minado a legitimidade da UNSMIL aos olhos da população e dos atores políticos locais. Nesse sentido, diante dos conflitos, a Missão falhou ao proteger os direitos fundamentais da população, conforme detalhou como o seu compromisso específico². A UNSMIL poderia, por exemplo, ter pressionado mais as partes envolvidas para respeitar os direitos humanos quer seja por meio do diálogo diplomático evidenciando a importância de ações concretas, quer seja por meio do condicionamento de apoio internacional e incentivos econômicos para encorajar o governo a implementar reformas de direitos humanos. Essa pressão deveria ter sido feita, sobretudo, em cima das forças armadas do governo, a partir da realização de um treinamento físico, psicológico e cívico com o intuito de melhorar as suas capacidades e garantir que operem de acordo com padrões profissionais e respeito aos direitos humanos, mesmo em relação aos opositores.

Além disso, apesar dos esforços de mediação da UNSMIL em promover o diálogo entre as partes do conflito, a Missão mostrou a falta do poder de persuasão sobre as autoridades com os grupos armados e outros intervenientes políticos locais para garantir a implementação de acordos alcançados. Nesse sentido, as Nações Unidas não souberam conduzir a falta de confiança entre as partes envolvidas no conflito, além de falhar em seus mecanismos de conceber apoio à uma governança central forte, o que fez com que o país permanecesse fragmentado politicamente e fosse

² A UNSMIL detalhou como uma de suas atividades: “Reforçar as capacidades básicas das instituições do Estado de direito para investigar, processar, julgar e prevenir abusos e violações dos direitos humanos com êxito e impulsionar um processo de justiça transicional, ao mesmo tempo que as capacidades de monitorização e elaboração de relatórios das organizações da sociedade civil são reforçadas para ajudar a responsabilizar os perpetradores sob direito nacional e internacional” (UNSMIL, 2023, online, tradução minha).

palco de novas divergências. Isso quer dizer que para fortalecer a eficácia da UNSMIL na promoção do diálogo e na construção da confiança, a Missão poderia ter promovido um diálogo verdadeiramente inclusivo entre a sociedade por meio de rodadas de discussão e conferências a fim de resolver questões menos controversas e avançar gradualmente para questões mais complexas à medida que a confiança é estabelecida. A UNSMIL ainda poderia ter abusado da diplomacia e da mediação como um meio não apenas entre as lideranças políticas como fora feito, mas também entre líderes comunitários e religiosos em níveis locais, para findar acordos, além de promover incentivos para as partes aderirem aos acordos, com benefícios claros para o cumprimento e consequências significativas em caso de violação, o que levaria à uma aceitação mais ampla dos mesmos. E, por fim, a ONU deveria ter concentrado os seus esforços em fortalecer as instituições de governança central, oferecendo apoio técnico e financeiro para garantir a capacidade de governar de forma eficaz e abordar as demandas das diversas regiões da Líbia.

Como a dinâmica atual do conflito na Líbia é fluida, a presença de grupos armados e a intervenção estrangeira fez com que novos desafios surgissem. A capacidade de atuação da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia, por outro lado, foi limitada, durante um bom tempo, pelo mandato inicialmente estabelecido em 2011 – tendo sido revisto estrategicamente apenas no ano de 2021 (SGNU, 2021) – que era apoiar a transição democrática no país. Isso dificultou respostas ágeis e eficientes ao surgimento desses novos problemas e dificultou uma abordagem adequada às questões humanitárias, de segurança e de construção institucional. Isso porque, em contextos de conflito e pós-conflito, as situações são imprevisíveis e ter um mandato único torna-se problemático porque não permite, à medida que a dinâmica situacional evolui, ações diferentes e continuadas que se adaptem as necessidades do país naquele momento e respondam aos desafios que surjam no longo prazo. Nesse sentido, dado a natureza mutável do conflito na Líbia, a UNSMIL continuou priorizando em suas ações o apoio eleitoral e a organização das eleições para fazer cumprir o seu mandato de assistir à transição democrática como meio para alcançar a estabilidade no país.

Sob um espectro econômico, o Banco Mundial (2023) relatou que o PIB per capita da Líbia diminuiu exponencialmente desde 2011 (Figura 4). A Organização ainda informou que a despesa total do governo representa 94% do PIB, em média, durante o período 2015-2020 (BANCO MUNDIAL, 2023). Isso evidencia uma falta de cooperação eficaz da Missão de Apoio das Nações Unidas com o governo local, principalmente no que envolve a gestão e a distribuição de receitas

do petróleo para a população que permanece marginalizada, denunciando a falha de atuação da ONU em seus compromissos na Líbia³. O ano de 2023 será revelador no que tange o apoio da UNSMIL à melhoria da gestão econômica no país, que é essencial para além de estabilizar a economia da Líbia, garantir a distribuição equitativa dos recursos. Contudo, o sucesso da atuação dependerá da capacidade de reformas eficazes e da contribuição transparente de intervenientes líbios, bem como uma monitorização rígida por parte da Organização.

Sob um espectro político, as Nações Unidas falharam ao ignorar o passado político da Líbia que traz em sua história um modelo único de governança altamente centralizado. Sendo assim, o governo democrático insistido assistido pela ONU apenas refletiu as divisões dentro do próprio país, e, apesar do surgimento de novos conflitos, o foco da UNSMIL permaneceu o mesmo: trazer a democracia por meio de eleições. Nesse sentido, apesar da realização das eleições, as Nações Unidas falharam ao prevenir e lidar com os episódios de violência. Isso significa que a UNSMIL, antes de realizar as eleições, deveria ter focado na mobilização de forças de manutenção da paz mais eficazes, na criação de mecanismos de reconciliação local e no engajamento com todos os intervenientes líbios para evitar o ressurgimento de conflitos. Claro que é importante reconhecer que a Líbia enfrentava desafios significativos de fragmentação política apesar da atuação da Missão. O erro da ONU, contudo, foi não prever reações em um ambiente complexo pós-conflito e, sobretudo, não utilizar de uma abordagem multifacetada e coordenada para lidar com suas profundas divisões dentro do país.

O projeto de democracia da UNSMIL, por outro lado, não contou com a representação de antigos atores do governo de Gaddafi, que foram excluídos por meio de um projeto de lei do governo do Oeste da Líbia sob a pressão de grupos armados, fortalecendo a polarização política e exacerbando as divisões já existentes. Essa ação pode ter comprometido a atuação da UNSMIL uma vez que cria na Líbia um ambiente onde há grupos marginalizados e, consequentemente, ressentidos e desconfiados, o que leva ao aumento das tensões e o potencial para novos conflitos e violência no país. Além disso, com a exclusão de grupos da política, a UNSMIL falha em sua principal oferta ao país: a democracia. Desse modo, excluir antigos atores pode enfraquecer as instituições democráticas, comprometendo a representatividade e a legitimidade do processo

³ A UNSMIL apoia a Líbia em seus esforços econômicos no que tange “Apoiar um mecanismo liderado pela Líbia que reúna partes interessadas de todo o país para definir prioridades de despesas e garantir que as receitas do petróleo e do gás sejam geridas de forma transparente, equitativa e responsável, com uma supervisão eficaz da Líbia” (UNSMIL, 2023, online, tradução minha).

político que, principalmente em um país dividido politicamente como a Líbia, deveria contar com várias perspectivas para que todos se sentissem representados.

Além disso, as atividades da UNSMIL, em parceria com o PNUD, de aconselhamento eleitoral para desenvolver uma boa governança para o país, não surtiu o efeito necessário. A ONU não soube lidar com a fragmentação política e as rivalidades internas que tornaram desafiador o estabelecimento de instituições democráticas sólidas e a promoção dos valores democráticos, além de que os intervenientes líbios não possuíam consenso sobre questões fundamentais sobre o sistema líbio – conforme elucidou o Secretário-Geral da ONU (2015) sobre o Acordo Político Líbio. Por fim, o apoio da UNSMIL para as eleições de 2023 no país é uma etapa crucial para o estabelecimento de um governo legítimo e a expressão da vontade do povo líbio. Entretanto, essa ação só será bem-sucedida caso haja a integridade, a segurança e a transparência do processo eleitoral, bem como a inclusão significativa do povo líbio para que a sua vontade seja respeitada no processo. Dessa forma, a Missão pode investir em segurança durante as eleições, coordenando ações junto com as autoridades locais para proteger os locais de votação, os candidatos e os eleitores; monitoramento internacional independente, a fim de monitorar o processo eleitoral e identificar possíveis irregularidades; acesso igualitários aos meios de comunicação para todos os candidatos eleitorais, a fim de que a cobertura em torno da ideia de todos os grupos sejam ouvidas; e, por fim, na fiscalização do financiamento das campanhas eleitorais, para garantir que o processo eleitoral não seja comprometido por interesses financeiros.

Por fim, cabe ressaltar que o apoio incondicional dado pelas Nações Unidas à um governo que não tinha total aceitação dos civis comprometeu a legitimidade das ações da UNSMIL. Isso porque, a escolha política de um governo/autoridade define o viés a ser seguido. No caso da Líbia, a ONU apoiou um governo que não representava parte da população, e que ainda excluiu do processo de transição democrática grupos específicos, como é o caso dos antigos simpatizantes de Muammar al-Gaddafi. Como consequência, a posição das Nações Unidas de um mediador “neutro” dentro do país foi colocada em cheque, e a eficácia das ações da Missão acabaram por não surtir o efeito esperado porque também não tinham apoio de grande parte da população.

É claro que os desafios que ainda são enfrentados pelo país não devem obscurecer os esforços da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia. Contudo, chama atenção o fato de que mediante a todos os anos em que a ONU permaneceu no país, a Missão não teve capacidade de se adaptar e responder de forma incisiva aos desafios substanciais que foram surgindo, como a

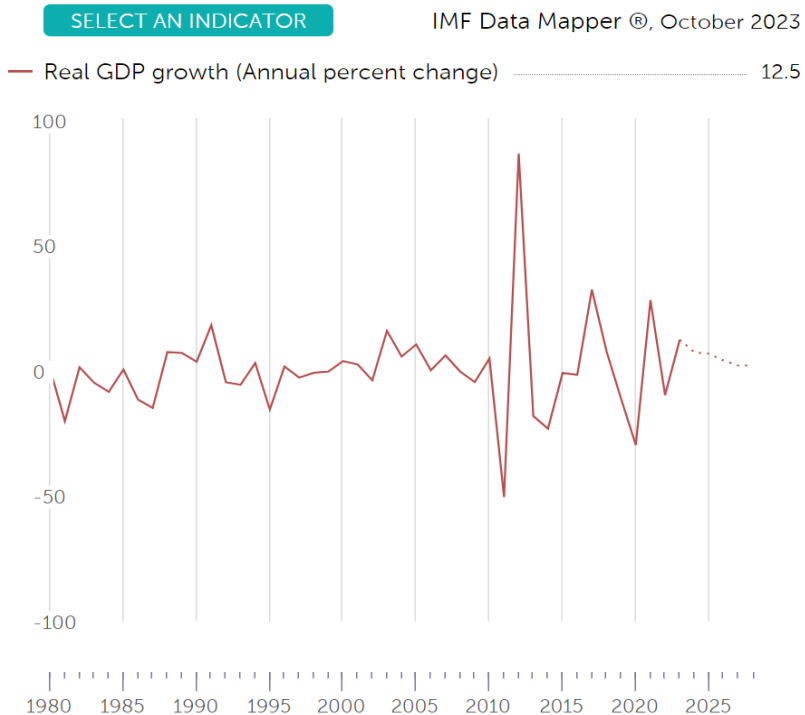
polaridade política e os conflitos armados. A resolução completa dessa crise requeria ações coordenadas e um compromisso contínuo de todas as partes envolvidas. A Organização, por outro lado, parece carecer de peso diplomático, político e militar. De um lado, a UNSMIL fica refém do apoio de Estados-membros e de precisar coordenar esforços com outros intervenientes internacionais que já assumiram lados no conflito, enquanto que de outro, a Organização não possui peso militar para forçar combatentes e líbios envolvidos nos conflitos a fazer concessões, ou responsabilizar terceiros.

Desde o início da atuação da ONU na Líbia, a economia do país parece pior do que há dez anos, enquanto o poder militar nunca parou de crescer. O entusiasmo inicial pela democracia prometida sob supervisão da ONU desapareceu com a propagação de violência desenfreada, o que levou a Líbia a ser considerada, atualmente, um Estado falido (ALJAZEERA, 2017, online). Atualmente, a Líbia é governada por dois governos rivais: um com sede em Trípoli, reconhecido internacionalmente, e o outro com sede em Benghazi, no Leste, é apoiado por milícias. O apoio das potências regionais e mundiais para cada lado do conflito consolidou ainda mais as divisões políticas dentro do país, o que coloca desafios ainda maiores para as Nações Unidas no tocante a mediação e resolução de conflitos e a implementação dos acordos de paz. Essa divisão significa que a ONU encontrou desafios significativos na construção de consenso entre as partes líbias, pecando ao não conseguir evitar a interferência de atores externos que apoiam diferentes lados do conflito, o que contribuiu ainda mais para a fragmentação política e institucional no país.

Em síntese, a análise das ações da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia revela uma série de desafios e falhas que marcaram a trajetória da Missão. Apesar dos esforços e do mandato estabelecido pela ONU, a Missão não conseguiu cumprir efetivamente os seus objetivos de estabilização e democratização do país. Como resultado, a Líbia permanece mergulhada em disputas políticas, tensões étnicas e tribais, além da presença de grupos armados, o que levou a um Estado de falência institucional. A complexidade da situação na Líbia sublinha a necessidade de abordagens flexíveis e estratégias mais concretas e pró ativas de resolução de conflitos e promoção de instituições estáveis. Ainda assim, mesmo diante dos desafios significativos para enfrentados na tentativa de promover a estabilidade na Líbia, o compromisso contínuo da comunidade internacional em buscar a paz e a reconciliação na Líbia permanecem essenciais. O caminho para a estabilidade no país requer uma abordagem que considere as circunstâncias únicas do país e as

necessidades de sua população, bem como o envolvimento de todas as partes interessadas na busca por soluções políticas para a construção de uma paz duradoura e sustentável.

Figura 4 – Crescimento do PIB per capita na Líbia (1980-2023).



Fonte: FMI (2023).

5. Conclusão

É possível concluir, portanto, que a persistente crise na Líbia reflete uma dinâmica complexa da realidade do país. Embora a UNSMIL tenha respeitado o seu mandato, fica evidente que há uma compreensão limitada acerca da resolução do conflito. Essa compreensão limitada ficou evidente com a falta de inclusão dos diversos atores envolvidos no conflito, incluindo antigos membros do governo de Gaddafi, o que pode ter restringido a capacidade de encontrar soluções abrangentes que abordem as raízes profundas do conflito, além da falta de priorizar a resolução de tensões tribais, étnicas e políticas que alimentam as discórdias no país. Tais atitudes moldaram o curso da crise e impediram com que novas abordagens e estratégias fossem traçadas pelas Nações Unidas. A atuação da ONU enfrentou obstáculos, e a incapacidade de prever o desenrolar do conflito é uma lição a ser aprendida uma vez que a organização propôs um projeto de estabilidade

para um mandato de 3 meses, mas que as dinâmicas locais e políticas do país, a falta de uma cooperação regional e internacional, e as consequências deixadas pela intervenção da OTAN, sobretudo a fragmentação política, comprometeram a formulação de estratégias eficazes para a construção da paz. Desse modo, a incapacidade de prever o desenrolar do conflito destaca a necessidade de uma abordagem mais dinâmica, adaptativa e sensível às realidades locais. Essas lições devem orientar futuras intervenções e esforços de construção da paz, reconhecendo a complexidade única de cada situação.

Cabe, agora, a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia aprender com essa experiência e com as falhas do passado para que, então, a Missão passe a buscar em uma abordagem mais cautelosa no país, investindo em uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais, garantindo uma participação mais inclusiva de diversos atores, sobretudo da comunidade internacional, com incentivo ao diálogo intercomunitário, e desenvolvendo estratégias que considerem efetivamente as influências externas. Além disso, é imperativo ajustar abordagens em tempo real, reconhecendo a evolução do conflito e adaptando as estratégias de mediação conforme necessário. Essa flexibilidade é essencial para enfrentar as complexidades em constante mudança dos conflitos contemporâneos. Nesse sentido, a pressa por soluções rápidas e a imposição de prazos arbitrários podem comprometer a eficácia das iniciativas propostas pela ONU.

Por fim, a abordagem da UNSMIL deve incorporar uma compreensão mais holística das questões de segurança, desenvolvimento econômico e político. A resolução de conflitos não se limita apenas a acordos políticos e apoio a reconciliação nacional, mas também requer investimentos sustentáveis na reconstrução do país. Isso envolve a promoção de oportunidades econômicas, o fortalecimento das instituições governamentais e o apoio ao desenvolvimento social. Em suma, é necessário que as Nações Unidas esteja preparada para desenvolver estratégias mais eficazes para a Líbia no futuro, garantindo que a Missão esteja equipada para lidar com a complexidade dinâmica do cenário líbio e promover uma paz duradoura e sustentável. A Líbia é um lembrete de que a busca pela paz é um esforço contínuo, mas perseverante para um país mais seguro.

6. Recomendações

1. **Incentivar o diálogo abrangente e inclusivo que reúna todas as partes líbias em um esforço para forjar o caminho para um governo centralizado:** A Missão de Paz das Nações Unidas na Líbia deve criar um Comitê de Representação da Líbia para as partes envolvidas no conflito do país, incluindo os líderes tribais e antigos representantes do governo de Muammar al-Gaddafi, que deverá contar com observadores e monitores de confiança das Nações Unidas para que se garanta um espaço neutro e seguro para que as partes envolvidas na reconstrução da Líbia possam se encontrar e discutir um consenso sobre a formação de um governo legítimo para o país. Dessa forma, é possível que se construa uma comunicação eficaz e uma abordagem colaborativa entre as todas as partes, além de uma imagem de confiança e representativa para a população.
2. **Investir em recursos financeiros e humanos para fortalecer as instituições estatais:** A Missão de Paz das Nações Unidas na Líbia deve fornecer apoio aos líderes locais a fim de melhorar as suas habilidades de gestão e administração nos seguintes setores:
 - **Transparência, monitoramento e avaliação:** A UNSMIL deve pressionar a promoção da transparência do governo da Líbia, sobretudo envolvendo a divulgação pública de informações, decisões e gastos, além de incentivar a criação de um órgão público que reúna intervenientes líbios, sob a administração das Nações Unidas, com a responsabilidade de monitorar e reportar as operações de instituições econômicas, como o Banco Central da Líbia. A Missão da ONU ainda deve facilitar um mecanismo transparente e equitativo de distribuição das riquezas do país, de forma a garantir que toda a população se beneficie dos recursos naturais com a finalidade de diminuir a marginalização de grupos, bem como os conflitos entre eles.
 - **Setor de segurança:** As Nações Unidas devem fortalecer a formação de atores de segurança, por meio do oferecimento de programas de treinamento e cursos pelos capacetes azuis para as forças de segurança da Líbia, voltados para a capacitação em operações de manutenção da paz e de proteção dos direitos humanos, além de trabalhar com o governo líbio na modernização, unificação e incentivo financeiro às forças de segurança do país para que operem sob a autoridade de um órgão central. Além disso, as Nações Unidas devem enviar ao país um mecanismo de fiscalização eficaz das forças de segurança da Líbia para que cumpram os seus deveres de maneira profissional e para que se estabeleçam

mecanismos de responsabilização em casos de abuso de poder. Por fim, a Missão deve apostar em programas de desarmamento de grupos armados do país em conjunto com programas de reintegração como medidas do governo da Líbia, com a finalidade de que sejam oferecidas alternativas econômicas ao conflito armado.

- **Formação de recursos humanos e atividades de capacitação:** A UNSMIL deve fornecer assistência técnica e capacitação para os líderes públicos da Líbia com o fim de desenvolver as suas capacidades institucionais, incluindo a revisão e a melhoria de políticas, e apoiar leis justas que sejam aplicáveis de forma consciente entre todos os cidadãos, independentemente de sua posição política ou social, para fazer valer o Estado de Direito.
- **Ampliação dos espaços e de oportunidades para a participação da sociedade civil:** Além disso, a Missão deverá incentivar o envolvimento da sociedade civil na tomada de decisão, por meio de consultas públicas e o fomento à educação cívica não somente entre a população civil do país, mas envolvendo, sobretudo, os políticos do país, com o fim de comunicar o governo a relevância da participação da população no processo de transição democrática. Essa abordagem inclusiva é importante porque além de refletir os princípios fundamentais da democracia, traz benefícios como legitimidade e representatividade, construção de consenso entre os atores, promoção da transparência e prevenção de possíveis conflitos.
- **Setor de justiça:** A Missão deve incentivar a educação judicial no país, e consequentemente ajudar a criar mecanismos independentes de nomeação dos atores de justiça, com o objetivo de incentivar a imparcialidade do sistema judiciário. Para isso, as Nações Unidas devem garantir o treinamento e apoio logístico dos atores do sistema de justiça do país – sobretudo em conjunto com organizações de direitos humanos – para que consigam gerir e administrar um sistema justo na Líbia. A Missão também deve trabalhar com o governo líbio na revisão e reforma de leis que não estejam alinhadas com os padrões internacionais de justiça. Ao mesmo tempo, a UNSMIL deve fortalecer os mecanismos de justiça e a aplicação de medidas punitivas eficazes em relação a violações de direitos humanos, protegendo um sistema justo e imparcial que como um contrapeso efetivo, assegurando que a justiça seja aplicada de maneira equitativa, desde civis até as autoridades políticas, com o objetivo de prevenir futuras violações de direitos humanos e responsabilizar atores, sobretudo o governo do país, que, até o momento, permanece como

um violador impune diante de alegações de violações de direitos humanos. Ao promover a responsabilização, a UNSMIL contribuirá para a consolidação do estado de direito, fortalecendo os alicerces de uma sociedade justa e respeitadora dos direitos fundamentais.

3. **Estimular o desenvolvimento socioeconômico:** A Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia deve criar rodas de diálogo entre a Líbia com países referência no desenvolvimento socioeconômico, para que elucide o governo do país e se explique a importância de melhorar as condições de vida da população para se alcançar a estabilidade. As Nações Unidas, portanto, deverão colaborar com o governo na elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social de longo prazo, envolvendo a identificação de áreas prioritárias para o investimento em infraestrutura e a capacitação de funcionários do governo e líderes locais em gestão financeira e planejamento estratégico para que o governo possa tomar decisões informadas sobre a alocação de recursos eficazmente. A Missão ainda deverá incentivar a colaboração de doadores internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional para garantir uma abordagem coordenada ao apoio ao desenvolvimento da Líbia.
4. **Coordenar esforços para combater a atuação de grupos extremistas que fomentam a violência no país:** as Nações Unidas devem atuar na reconciliação nacional por meio da facilitação do diálogo entre os intervenientes da Líbia para garantir superar as divisões enraizadas e promover a união entre grupos rivais para que não seja fortalecido um cenário fértil para a atuação de grupos extremistas, além de apoiar a unificação e o treinamento das forças de segurança da Líbia e trabalhar na colaboração com países vizinhos e organizações regionais, como a União Africana e a Liga Árabe, na cooperação na luta contra os grupos extremistas. A Missão das Nações Unidas deve ainda incentivar campanhas de conscientização e comunicação para deslegitimar a ideologia extremista e minar o apelo desses grupos. Por fim, a Missão das Nações Unidas deve mobilizar as forças de segurança do governo para que reforcem o controle das fronteiras para evitar a entrada de combatentes estrangeiros e armas ilegais.
5. **Reforçar o apoio diplomático e o engajamento de atores internacionais:** A Missão da ONU deve continuar persistindo no apoio diplomático contínuo por parte da comunidade internacional e no fortalecimento de sanções e embargos, sobretudo no que tange a implementação efetiva das Resoluções do Conselho de Segurança, com a finalidade de

garantir o apoio necessário e a pressão coletiva e consistente dos atores internacionais sobre as partes líbias para a construção da paz no país.

6. **Incentivar a criação e consolidar partidos políticos e organizações civis para que então sejam realizadas eleições:** A Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia deve incentivar um ambiente de diálogo e representação políticas divergentes, oferecendo o apoio na formação, organização e operação de partidos políticos no país, incluindo o treinamento em áreas de políticas, estratégias eleitorais e mobilização de eleitores, com a finalidade de incentivar a representatividade e a voz ativa dos membros da sociedade civil, além de investir na educação política para aumentar a participação eleitoral e a compreensão política entre os cidadãos, e debater os interesses e conflitos inerentes à democracia, revigorando o espaço histórico da Líbia entre sociedade civil e Estado.

7. Referências Bibliográficas

AL-GADDAFI, Muammar. **O Livro Verde**. [S.l.]: Edição Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em: <http://thegreenbook.eu/olivroverde.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 60/180**. Index: A/RES/60/180. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/60/180>. Acesso em: 30 out. 2023.

BANCO MUNDIAL. 2006. **Socialist People's Libyan Arab Jamahiriya: Country Economic Report**. Index: Relatório N°. 30295-LY. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/curated/en/918691468053103808/pdf/30295.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

BANCO MUNDIAL. 2023. **INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT AND INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION AND MULTILATERAL INVESTMENT GUARANTEE AGENCY COUNTRY ENGAGEMENT NOTE FOR THE STATE OF LIBYA**. Index: Relatório N°. 178578-LY. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099925001132337711/pdf/BOSIB043a55b640ad0a7080471ed8bf52a1.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

Bertelsmann Stiftung (BTI). **BTI 2022 Country Report – Lybia**. Gütersloh: BTI, 2022. Disponível em: https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2022_LBY.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya**. Index: S/2011/727. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SGRepor22November2011.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya**. Index: S/2012/129. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SGRepor01March2012.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya.** Index: S/2012/675. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SGReport30August2012.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya.** Index: S/2013/104. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/S_2013_104%20Report%20of%20SG%20on%20Libya%20%28Feb%202013%29.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya.** Index: S/2013/516. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/UNSG%20Report%2005092013_EN.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya.** Index: S/2014/131. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SGReport26February2014.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya.** Index: S/2014/653. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/Libya%20Report%20final%205%20Sept.%20%281%29.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya.** Index: S/2015/144. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/N1504690%20.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya.** Index: S/2016/182. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/N1604043.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya**. Index: S/2016/452. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/N1613214.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya**. Index: S/2016/1011. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/un_sg_report_on_unsmil_01_december_2016.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya**. Index: S/2017/283. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/n1707537.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya**. Index: S/2017/726. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/n1725784.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Support Mission in Libya**. Index: S/2018/140. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/n1803952.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1645 (2005)**. Index: S/RES/1645. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1645\(2005\)](https://undocs.org/S/RES/1645(2005)). Acesso em: 30 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1970 (2011)**. Index: S/RES/1970. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SRES1970.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1973 (2011)**. Index: S/RES/1973. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SRES1973.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2009 (2011)**. Index: S/RES/2009. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SRES2009.pdf> . Acesso em: 30 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2009 (2011)**. Index: S/RES/2009. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/SRES2009.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2174 (2014)**. Index: S/RES/2174. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/UNSCR%202174_EN.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2473 (2019)**. Index: S/RES/2473. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N19/168/36/PDF/N1916836.pdf?OpenElement>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **UN Security Council Resolution 2259**: United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland: draft resolution. Index: S/2015/1016. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/UNSCR%202174_EN.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Libya**: Report of the Secretary-General. Index: S/2018/249. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/n1812844.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Libya**: Report of the Secretary-General. Index: S/2018/780. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/sg-report-on-unsmil_s_2018_780_e.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Libya**: Report of the Secretary-General. Index: S/2019/19. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/sg_report_on_unsmil_s_2019_19e.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2019/682. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/sg_report_on_unsmil_s_2019_628e.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2020/41. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/sg_report_to_sc_15_january_2020_eng.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2020/360. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/s_2020_360_e.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2021/62. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/s_2021_62-en.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2021/752. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/s_2021_752_-_sg_report_on_unsmil_-_25_aug_21_002.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2022/049. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/n2234231_english.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2022/932. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/s_2022_932.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia:** Report of the Secretary-General. Index: S/2023/248. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/report_of_the_secretary-

[general antonio guterres on the united nations support mission in libya - 05 april 2023.pdf](#). Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Support Mission in Lybia**: Report of the Secretary-General. Index: S/2023/589. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/sites/default/files/s-2023-589_-_sg_report_on_unsmil.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

DataBank: World Development Indicators – Lybia. **BANCO MUNDIAL**, 2023. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>. Acesso em: 31 out. 2023.

ECONOMIC REFORMS. **United Nations Support Mission in Lybia (UNSMIL)**, 2023. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/economic-reforms>. Acesso em: 31 out. 2023.

Energy Information Administration. **Country Analysis Executive Summary – Lybia**. Washington DC: EIA, 2022. Disponível em: https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/Lybia/pdf/libya.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

Energy Information Administration. **Libya Country Analysis Brief**. Washington DC: EIA, 2005. Disponível em: https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/Lybia/archive/pdf/libya_2005.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

Energy Information Administration. **Libya Energy Data, Statistics and Analysis - Oil, Gas, Electricity, Coal**. Washington DC: EIA, 2011. Disponível em: https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/Lybia/archive/pdf/libya_2011.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

Entenda a crise na Líbia. **G1**, 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/02/entenda-crise-na-libia.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). 2007. **The Socialist People's Libyan Arab Jamahiriya: Selected Issue: Medium-Term Economic Reform Strategy, and Statistical Appendix**. Index: Relatório N°. 2006/137. Disponível em:

<https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/31/The-Socialist-Peoples-Libyan-Arab-Jamahiriya-Selected-Issue-Medium-Term-Economic-Reform-19129>. Acesso em: 30 out. 2023.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Regional Economic Outlook: Middle East and Central Asia**. Washington DC: FMI, 2007. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/REO/MECA/Issues/2017/01/07/Regional-Economic-Outlook-Middle-East-and-Central-Asia>. Acesso em: 30 out. 2023.

Gaddafi tornou Líbia rica, mas desigual. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0309201108.htm>. Acesso em: 31 out. 2023.

Gaddafi's quixotic and brutal rule. **BBC News**, 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-12532929>. Acesso em: 30 out. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Libya: Governments Should Demand End to Unlawful Killings**. Nova York: HRW, 2011. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2011/02/20/libya-governments-should-demand-end-unlawful-killings>. Acesso em: 31 out. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Mortes não reconhecidas: Mortes de civis em campanha aérea da OTAN na Líbia**. Estados Unidos: HRW, 2012. Disponível em: https://www.hrw.org/reports/libya0512po_sumandrecs.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **OTAN: Investigue Mortes de Civis na Líbia**. Bruxelas: HRW, 2012. Disponível em: [https://www.hrw.org/pt/news/2012/05/14/246261#:~:text=\(Bruxelas\)%20E2%80%93%20Em%20um%20relat%C3%B3rio,nem%20investigou%20poss%C3%ADveis%20ataques%20ilegais](https://www.hrw.org/pt/news/2012/05/14/246261#:~:text=(Bruxelas)%20E2%80%93%20Em%20um%20relat%C3%B3rio,nem%20investigou%20poss%C3%ADveis%20ataques%20ilegais). Acesso em: 31 out. 2023.

Investigação aponta violações de direitos humanos na Líbia. **ONU NEWS**, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/03/1812002>. Acesso em: 31 out. 2023.

Líbia é o quarto produtor de petróleo da África. **G1**, 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/02/libia-e-o-quarto-produtor-de-petroleo-da-africa.html>. Acesso em: 31 out. 2023.

Libya Today: From Arab Spring to failed state. **ALJAZEERA**, 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2017/5/30/libya-today-from-arab-spring-to-failed-state>.

Acesso em: 05 dez. 2023.

Libya: Before and After Muammar Gaddafi. **teleSUR**, 2020. Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/analysis/Libya-Before-and-After-Muammar-Gaddafi-20200115-0011.html>. Acesso em: 31 out. 2023.

Libya: Country Data. **FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)**, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/LBY>. Acesso em: 05 dez. 2023.

Literacy rate, 2004 - Country rankings. **THE GLOBAL ECONOMY**, [s.d.]. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/literacy_rate/. Acesso em: 31 out. 2023.

Maioria de sanções à Líbia já haviam acabado. **BBC BRASIL**, 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/05/060515_libialinhadotempoba.

Acesso em: 31 out. 2023.

MANDATE. **United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL)**, 2023. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/mandate>. Acesso em: 31 out. 2023.

Missão da ONU. **Nações Unidas**, [s.d.]. Disponível em: <https://unric.org/pt/missao-da-onu/>. Acesso em: 30 out. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>. Acesso em: 30 out. 2023.

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC). **Annual Statistical Bulletin**. Vienna: OPEC, 2004. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB2004.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

Primavera Árabe completa uma década com desfecho em aberto. **EL PAÍS**, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-02/primavera-arabe-completa-uma-decada-com-desfecho-em-aberto.html?outputType=amp>. Acesso: 05 dez. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNDP). **Human Development Report 2009: Overcoming barriers: Human mobility and development**. Nova York: UNDP, 2009. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/human-development-report-2009-english.human-development-report-2009-english>. Acesso em: 31 out. 2023.

Real GDP growth (Annual percent change). **IMF Data Mapper**, Outubro 2023. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/LBY?year=2023. Acesso em: 31 out. 2023.

STRENGTHENED RULE OF LAW INSTITUTIONS AND TRANSITIONAL JUSTICE PROCESSES. **United Nations Support Mission in Lybia (UNSMIL)**, 2023. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/strengthened-rule-law-institutions-and-transitional-justice-processes>. Acesso em: 31 out. 2023.

The UN's Failures Require a New Path in Libya. **MOROCCO WORLD NEWS**, 2023. Disponível em: <https://www.moroccoworldnews.com/2023/06/355958/the-un-s-failures-require-a-new-path-in-libya>. Acesso em: 31 out. 2023.